

MÁRIO MAESTRI

**BREVE HISTÓRIA DO
RIO GRANDE DO SUL**

da Pré-História aos dias atuais

2ª edição

2021

BREVE HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL
da Pré-História aos dias atuais

2ª edição

Capa:
Pedro Weingärtner (1853 - 1929).
Quadro de 1889. Óleo sobre tela, 160,4 x 93,4 cm.

Diagramação:
Tiaraju de Almeida - MTE/RS 16.669
Adriana Rebelatto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Maestri, Mário

Breve história do Rio Grande do Sul. : da pré-história aos dias atuais : ensaio de interpretação marxista / Mário Maestri. -- 2. ed. -- Porto Alegre, RS : FCM Editora, 2021.

ISBN 978-65-87681-03-0

1. História do Brasil 2. Rio Grande do Sul (Estado) - História I. Título.

21-64037

CDD-981.65

Índices para catálogo sistemático:

1. Rio Grande do Sul : História 981.65

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Sumário

Explicações necessárias.....	7
1. A ocupação do território	9
1. A ocupação luso-brasileira do atual Rio Grande do Sul	10
2. A pré-história nos atuais territórios do Rio Grande do Sul.....	29
3. Os Sete Povos Missioneiros.....	37
4. Tropas e tropeiros no Sul do Brasil.....	47
5. A escravidão no Rio Grande do Sul.....	55
6. Escravidão, fazenda e charqueada.....	59
7. Escravidão e luta de classes no Rio Grande do Sul.....	67
8. Camponeses europeus proprietários no RS.....	77
2. O Império.....	85
9. A Independência e o Rio Grande do Sul.....	86
10. O Primeiro Reinado, a Abdicação e o Rio Grande do Sul.....	93
11. A Farroupilha – A Insurreição dos Grandes Estacheiros	101
12. O sentido social da Guerra Farroupilha.....	109
13. O Rio Grande do Sul após a Guerra Farroupilha.....	117
14. Da guerra contra o Paraguai à desescravização do Rio Grande do Sul	125
15. A Imigração Colonial - Camponesa Italiana	131
3. A República Velha	139
16. A República no Rio Grande do Sul.....	140
17. 1893: A Guerra Civil Federalista.....	151
18. O sentido histórico do castilhismo.....	157
19. O Rio Grande do Sul na República Velha.....	163
20. Rio Grande do Sul: a industrialização na República Velha.....	169
21. O nascimento do movimento operário no Rio Grande do Sul.....	177
22. O Rio Grande do Sul, o Tenentismo e a Rebelião de 1923	187
23. O Rio Grande do Sul e a Revolução de 1930.....	195
4. Ditadura & Democratização	201
24. RS: da Revolução de 1930 ao Fim do Estado Novo.....	202
25. A Deposição de Flores da Cunha e o Estado Novo no RS	209
26. Estado Novo e o Movimento Social – 1937-1945	215
27. 1945-1964: O Sul e a Crise do Nacional-Desenvolvimentismo	223
28. O Rio Grande do Sul e a Ditadura Militar: 1964 a 1984	235
29. O RS de 1985-2002: Privatização e Bloqueio	245
30. Os Anos do Desencanto - Rigotto e Ieda [2002-2010]	255
31. A Economia Rio-Grandense – 1930-2009.....	261
Principais obras consultadas.....	275

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Propriedades territoriais no Rio Grande do Sul - 1785	64
Tabela 2 - Evolução da população do município de Porto Alegre 1780-1900	110
Tabela 3 - Valor das Exportações – Importações do RS – 1930-6.....	204
Tabela 4 - Potência Elétrica – CEEE – 1947-52	225
Tabela 5 - Índice do Produto Real Brasileiro - 1949-57	230
Tabela 6 - Média de Operários por Indústria no Setor Calçadista Sulino	264
Tabela 7 - Participação no Produto Industrial do País - %.....	265
Tabela 8 - Indústria no RS com mais de 50 Pessoas Ocupadas [1965]	267
Tabela 9 - Taxas médias de crescimento do valor bruto da produção das indústrias do Brasil e do RS 1968-73	268
Tabela 10 - Participação do Rio Grande do Sul no Produto Interno do Brasil – 1970-85	269
Tabela 11 - Produto Interno Bruto per capita e índice de volume [da produção] 2002-2008.....	271

Explicações necessárias

Breve história do Rio Grande do Sul: da Pré-história aos dias atuais constitui-se com o conteúdo dos cursos de História do Rio Grande do Sul I e II apresentados aos alunos de graduação em História da Universidade de Passo Fundo, em 1996-2009. Publicado em 2010, ele pretendeu apresentação geral sintética da história dos atuais territórios sulinos nos mais de 340 anos que separam a fundação de Sacramento, em 1680, nas margens do Prata, aos dias atuais. As fronteiras geográficas do estudo são, portanto, os limites políticos do Rio Grande atual, superados quando imprescindível à compreensão de temas abordados. Um recorte arbitrário, em região como o extremo-sul do Brasil, determinado e inserido na história da bacia do rio da Prata, o que exigiria narrativa unitária supra-nacional da formação dessa região.

Antes da presente edição consolidada, publicamos quatro breves ensaios sobre a história sul-rio-grandense, como cadernos e, a seguir, livros. O presente trabalho mantém a divisão político-cronológica original: ocupação do território; Império; República Velha; Revolução de 1930 até os dias atuais. O primeiro capítulo apresenta leitura sintética do processo geral de ocupação dos territórios sulinos, da Pré-História às décadas finais do Império. Procura, sobretudo, visão geral de cenários abordados a seguir em forma mais sistemática e detalhada. A essa primeira parte, seguem-se as abordagens da pré-história; das missões guaraníco-espanholas; dos caminhos tropeiros sulinos; da econômica pastoril-charqueadora escravista; da chegada dos colonos-camponeses de língua alemã.

A apresentação do período imperial no Sul aborda mais amplamente a independência no Brasil, em 1822, procurando apresentação compreensível da inserção sulina naquele evento e de suas influências

regionais. A continuidade da ordem pastoril-charqueadora escravista, após 1822, permitiu enfatizar a análise político-social do período imperial no Sul, com destaque para a guerra liberal-separatista de 1835-45. Com a abordagem da imigração colonial-camponesa italiana, a partir de 1875, destacou-se importante base da superação econômica do meridão pelo setentrão sulino, na qual se assentaria o Rio Grande republicano.

A recente consciência do caráter predominantemente escravista da antiga formação social sulina enfatiza ainda mais o desequilíbrio entre o conhecimento da história político-social do Império em favor da história da República Velha, no Rio Grande do Sul. É paradoxal a ausência de história categorial-sistemática geral da produção pastoril rio-grandense, como possuímos para o Uruguai e a Argentina. Sobre esses hiatos se levantam os mitos fundadores e apologéticos da sociedade sulina, cuidadosamente cultuados e defendidos. Um melhor conhecimento da crise do escravismo sulino lançará luzes novas sobre a história política do fim do Império no Rio Grande do Sul.

A consolidação da República federalista permitiu a reorganização fortemente autonomista do Rio Grande, interpretada singularmente pelo republicanismo rio-grandense, de clara orientação antioligárquica, singularidade em todo o Brasil, onde seguiram dominando as oligarquias agrárias. Realidade que entrou em crise no final da República Velha (1889-1930). A abordagem da Revolução de 1930 e do Estado Novo no Sul exigiu referência mais extensa à história nacional, à qual o Rio Grande se subsumiu em forma crescente, em condições decrescentemente favoráveis. Este último e mais próximo período histórico é pouco estudado, em relação à República Velha. Talvez porque registre o fracasso fragoroso das classes dominantes regionais em acaudilharem a so-

cidade sulina.

Faltam-nos estudos sistemáticos sobre importantes momentos históricos, como as tentativas de relançamento regional do Rio Grande pelos governos de Flores da Cunha (1930-1937) e de Leonel Brizola (1958-1962), seus objetivos, bases sociais, razões de seus fracassos. Também faltam-nos estudos detidos sobre o Rio Grande durante a ditadura militar (1964-1985) e após ela, com destaque para o governo de Antônio Britto, que iniciou a liquidação da longa obra regional autonomista impulsionada pelo castilhismo-borgismo e mais tarde, por Leonel Brizola.

Por trinta anos, até 2010, investigamos, de forma sistemática, algumas das importantes questões abordadas no presente trabalho. Na sua redação, somos profundamente devedores de autores mais ou menos conhecidos. Devido ao caráter desse nosso trabalho, eles foram, em geral, apenas arrolados na bibliografia final, pequena parte da valiosa produção sobre a sociedade sulina, que se tem espalhado portentosamente, no que diz respeito à história, sociologia, arquitetura, economia, literatura, linguística, antropologia, etc. A ausência de citação direta dos autores nos quais nos apoiamos não deve sugerir originalidade nossa, quanto a muitas interpretações mesmo centrais apresentadas.

É patente no presente trabalho a ausência de abordagem da língua, literatura, música, teatro, arquitetura, como registros, expressões e elementos constituintes do desenvolvimento histórico-social sulino. Ela se deve, sobretudo, à assinalada confecção inicial do presente trabalho, como material do Curso História do Rio Grande do Sul I e II, necessariamente limitado.

Registrem-se o caráter exploratório e certamente imperfeito de nosso estudo, ainda mais no contexto do avanço da historiografia regional nos últimos dez anos. Com o rápido esgotamento da edição de 2010, nos propusemos suprir alguns dos hiatos assinalados e realizar revisão e atualização do texto. Entretanto, o adágio diz que “O homem põe e deus dispõe”. Um ano antes daquela publicação, empreendi, por uma década, estudo sobre os Estados da bacia do rio da

Prata e a Guerra da Tríplice Aliança contra a República do Paraguai, sobre a qual escrevi uma história geral. Devido à atual pandemia, terminei mais de um ano preso em Gênova, na Itália, longe das bibliotecas e centros de documentação sulino. Aproveitando a reclusão, empreendi entre outros trabalhos, a presente segunda reedição, sem atualização do corpo do texto, fora considerações rápidas sobre os últimos anos, para edição virtual, com eventual atualização e expansão futura.

Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais descreve os pouco mais de três séculos de história sulina, tendo dois grandes fios condutores: primeiro, a luta dos explorados e submetidos de ambos os sexos — nativos, cativos, caboclos, posseiros, colonos, artesãos, operários, etc.; segundo, o processo de dependência colonial e semi-colonial sulino, durante os períodos luso-brasileiro e imperial, enfatizando-se o esforço pela autonomia regional, durante a República Velha, com a submissão dos trabalhadores, e quando dos governos de Flores da Cunha e Leonel Brizola, com a submissão-associação das classes operárias.

A partir dos anos 1937, trincou-se a autonomia regional relativa alcançada quando da República federativa. Deste então, o Rio Grande sofreu crescente subjugação pelo capital nacional hegemônico e, a seguir, mundial. Isso, no contexto da incapacidade-pusilanimidade das classes dominantes regionais de acaudilharem a emancipação regional, e o fracasso das classes trabalhadoras regionais-nacionais de as substituírem naquele processo.

Vivemos hoje a agonia final da autonomia regional, no contexto da submissão de toda a nação, com salto de qualidade após o golpe propiciado, em 2021, pelo imperialismo e pelo grande capital, em processo de consolidação. Realidade que descrevemos, com maiores detalhes em nosso livro **Revolução e contra-revolução no Brasil: 1530-2019**.

Gênova, 20 de maio de 2021

I

A ocupação do território

**Da luta pelo território à hegemonia da
sociedade pastoril-charqueadora escravista**

1. A ocupação luso-brasileira do atual Rio Grande do Sul

O quadro geográfico

Apesar da história do Rio Grande do Sul não ser produto do seu meio geográfico, ele agiu fortemente sobre as comunidades humanas que ali viveram nos últimos milênios. Nesse sentido, há determinações e permanências geoecológicas que atuaram e atuam poderosamente sobre as comunidades humanas que ocuparam e ocupam esses territórios. No Rio Grande do Sul, como em qualquer outra região do mundo, a relação entre história e geografia foi e é mediada pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e pelas relações sociais de produção em que as comunidades em questão inserem-se.

Os territórios sulinos fazem parte de um espaço geográfico mais amplo, o Cone Sul da América Meridional, em geral, e a bacia oriental do rio da Prata, em especial. Aproximadamente, essa última sub-região é delimitada pelos rios Paraná e Uruguai, ao oeste; pelo rio da Prata, ao sul; pelo oceano Atlântico, ao leste. Podemos dividir os territórios sulinos em quatro grandes regiões geoecológicas: a Planície Litorânea, ao longo da costa atlântica; o Planalto Meridional brasileiro, ao norte e ao noroeste; o Escudo Sul-Rio-Grandense, no Centro-Sul, e a Depressão Central.

A Planície Litorânea, formada pela acumulação de sedimentos arenosos, com mais de seiscentos quilômetros de extensão, batida pelos ventos, sem enseadas e baías que protejam e facilitem a navegação, estreita-se ao norte, comprimida pelo mar e pelas altas escarpas do Planalto. No centro e no sul, quando a Planície Litorânea alarga-se, dominam a paisagem monótonas planícies de terras pobres e de praias de dunas de areias brancas. No século 18, as regiões da Planície Litorânea, entre o mar e as lagoas, ao norte do *Rio Grande*, eram denominadas de Estreito.

O Planalto Meridional brasileiro alcança sua altu-

ra máxima – uns 1.400 m – nas proximidades do oceano Atlântico e decresce à medida que se aproxima da fronteira com a atual Argentina, onde se funde com o pampa sul-rio-grandense. A região tem clima frio e seco, muitos rios, profundos vales e alguns vastos campos abertos. Quando da chegada dos colonizadores europeus, possuía densa cobertura florestal subtropical, dominada pelo pinheiro-do-paraná e pelos ervaais. As Encostas Superior e Inferior do Planalto Rio-Grandense realizam a transição entre a Depressão Central e o Planalto Meridional.

A Depressão Central, de clima mais quente e mais úmido, com coxilhas baixas, é formada pelos vales de grandes rios – Jacuí, Vacacaí, Ibicuí etc. – que recebem as águas trazidas pelos seus afluentes das regiões mais elevadas. Nos anos 1500, os vales desses rios encontravam-se cobertos por importantes florestas em galeria. Desde tempos recuados, a Depressão Central foi importante eixo de comunicação entre o litoral, o Planalto e o Escudo Sul-Rio-Grandense.

Finalmente, dominam o Escudo Sul-Rio-Grandense as ondulações das coxilhas e dos coxilhões e as alturas mais abruptas dos cerros, que chegam a ultrapassar os quinhentos metros de altura. Essa região – o pampa – é coberta por tapetes de gramíneas e por vegetação rasteira. Ela faz parte de uma vasta extensão de campos com coxilhas contínuas que se estende além mesmo dos rios da Prata e Uruguai.

Partição do mundo

Segundo o Tratado de Tordesilhas (1494) – Capitação da Partição do Mar Oceano –, os atuais territórios sulinos caberiam à Coroa espanhola. No sul do atual Brasil, a linha divisória imaginária passava próxima à ilha de Santa Catarina ou à atual cidade de

Laguna. Porém, apenas tardiamente essas regiões interessaram as Coroas ibéricas. Despreocupação devida a múltiplos fatores. A longa e inóspita costa – 620 km. – e a própria plataforma continental dificultavam a navegação e penetração a partir do litoral. Com dificuldades, os navios aportavam em apenas três pontos da costa – as fozes do rio Mampituba, do rio Tramandaí e, sobretudo do rio Grande. Porém, após vencida a barra do rio Grande, o complexo lagoas-rio Jacuí constituía bom eixo de comunicação com parte das terras do interior.

Os atuais territórios sulinos não possuíam minas de minerais valiosos e eram povoados por comunidades relativamente escassas, considerando-se as vastidões territoriais – estima-se que na época da chegada dos europeus uns cem mil nativos vivessem nessa região. Os territórios eram pouco próprios à produção da cana-de-açúcar e encontravam-se distantes dos mercados europeus. Portanto, essas paragens inseriam-se dificilmente nos esquemas mercantis coloniais de ocupação e de exploração das Américas. Enquanto outras regiões do continente eram conquistadas pelas Coroas ibéricas, para estabelecer fazendas escravistas, *encomiendas*, explorações minerais, etc., os atuais territórios sulinos permaneceram dominados por, *grosso modo*, por três grandes complexos civilizacionais nativos americanos.

No Planalto Meridional e na Serra viviam comunidades jês de caçadores, coletores e horticultores incipientes que exploravam ativamente a caça e a coleta do pinhão. Por muito tempo, elas habitaram aldeias de casas subterrâneas, substituídas, mais tarde, por cabanas. Os pampas eram os territórios de caçadores, coletores, pescadores e horticultores incipientes caracterizados pelas boleadeiras, pela funda e pelas grandes lanças. O nome genérico desses povos – charruas – era também o de um dos seus dois grandes braços – *charruas e minuanos*.

No litoral, nas margens das lagoas, nos vales dos rios Uruguai, Jacuí e Ijuí viviam comunidades guaranis de caçadores, pescadores, coletores e horticultores de floresta tropical e subtropical, tecnologicamente mais desenvolvidas. Os guaranis teriam eliminado ou absorvido grupos de caçadores, coletores e pescadores especializados na exploração dos recursos da orla atlântica sul-rio-grandense e introduzido, na região, as técnicas horticultoras. Tratavam-se, portanto, de comunidades domésticas não classistas.

Essas comunidades americanas realizaram o primeiro processo de ocupação do atual Rio Grande do Sul, desbravando e explorando os territórios; descobrindo os vãos dos rios, os boqueirões das serras, as fontes de água potável; eliminando animais selvagens; aclimatando plantas agricultáveis etc. A ocupação européia subsequente foi preparada, facilitada, apoiada e condicionada por essa domesticação ter-

ritorial pioneira. A importância da toponímia sulina de origem guarani registra essa contribuição – rios Taquari, Jacuí, Vacacaí; lagoa dos Patos, Mirim etc. A ocupação lusitana do Sul constituiu processo duplamente conflituoso. Os colonizadores lusitanos e espanhóis, organizados em sociedades estatais e de classe, disputaram o controle desses territórios entre si e com as comunidades nativas domésticas, destruídas, submetidas, absorvidas.

Concentrada na exploração e na proteção das minas de Prata do vice-reinado do Peru, a coroa espanhola entregou à Companhia de Jesus a tarefa de reunir, em *reduções*, *missões* ou *povos*, as populações nativas de imensas regiões dos territórios sul-americanos que lhes pertenciam, segundo o tratado de Tordesilhas. As missões jesuíticas espanholas da América Meridional serviriam como uma espécie de escudo contra a expansão lusitana em direção da estratégica foz do rio da Prata e, sobretudo, das cobiçadas minas de Prata andinas. Esperava-se que as missões permitissem a consolidação do domínio mercantil da Coroa hispânica sobre esses territórios, inserindo essas comunidades na sociedade de classes articulada no contexto do império hispânico.

Os diversos territórios missioneiros dividiam-se em províncias submetidas a um provincial jesuíta. As diversas províncias possuíam suas reduções, com suas instalações urbanas, plantações, estâncias, invernoas, ervais, etc. As comunidades missioneiras submetiam-se, civilmente, às autoridades coloniais hispano-americanas e, no eclesiástico, ao padre geral da Companhia de Jesus, que dependia diretamente do papa. As populações missioneiras pagavam uma capitação ao soberano espanhol, que assinalava a dependência direta ao chefe do Estado. No sul da América, as missões jesuíticas ensejaram a formação de modo de produção e sociedade singulares, esta última imbricada e subordinada ao império espanhol.

Guaranis e jesuítas

Em 1610, criou-se a grande província jesuítica do Paraguai. De 1610 a 1637, os jesuítas espanhóis fundaram as províncias guaraníticas do Itatim, Guairá, Paraguai e Uruguai. As reduções do Tape, pertencentes à província do Uruguai, localizavam-se na margem oriental do rio Uruguai, no noroeste do atual Rio Grande do Sul, no Planalto e ao longo dos rios Ibicuí e Jacuí. A província do Tape tinha dezoito reduções. A primeira, San Nicolás, foi fundada em maio de 1626, por jesuítas e missioneiros escapados dos ataques dos mamelucos paulistas às reduções de Itatim e Guairá. Logo, reduções foram organizadas no vale do Caí, do Jacuí, do rio Pardo e do rio Paradinho.

De 1580 a 1640, durante a Unificação Ibérica, o reino de Portugal viveu sob a suserania de soberanos

espanhóis. Devido a esse fato, a Coroa espanhola permitia a penetração dos seus súditos portugueses nas possessões hispano-americanas, com destaque para Buenos Aires. Nesse então, os Países Baixos eram as mais ricas possessões hispânicas na Europa. A Unificação Ibérica envolveu Portugal e suas colônias na guerra de independência nacional das Províncias Unidas, que ensejou a libertação daquelas adiantadas regiões, vanguarda da revolução burguesa na Europa [Holanda].

A partir de 1626, os mamelucos paulistas atacaram, saquearam, destruíram e reduziram à escravidão parte da população das reduções jesuíticas do Guairá e do Itatim. Em 1630, os holandeses conquistaram a capitania de Pernambuco e, a seguir, importantes portos negreiros lusitanos na África – Gabão, Rio Real, Fernando Pó, São Jorge da Mina, Cabo Lopo Gonçalves, etc. –, causando falta de trabalhadores africanos escravizados aos escravistas luso-brasileiros. O desenvolvimento do mercado de americanos escravizados impulsionou o destruidor assalto dos mamelucos paulistas às missões jesuíticas espanholas.

Talvez vinte mil missioneiros foram levados do Sul para a capitania de São Paulo e, a seguir, muitos deles, para outras regiões do Brasil, para labutar duramente como cativos nas plantações açucareiras, roças, vilas, etc. No Sul, antes da viagem para a capitania de São Paulo, os caciques e os guerreiros mais combativos eram mortos, para não organizarem movimentos de resistência. O mesmo ocorria com os velhos e as crianças que atrasavam a marcha. Esse verdadeiro genocídio tem sido apresentado pela historiografia nacional-patriótica brasileira como obra meritória. No Brasil, em geral, e no Estado de São Paulo, em particular, praças, ruas, redes de televisão etc. foram e são batizados com o nome de “bandeirante”. Em 1969, importante centro militar paulista de informação, tortura e extermínio de resistentes à ditadura militar foi batizado como Operação Bandeirantes. Nesse caso, designação pertinente.

Em fins de 1636, o português Antônio Raposo Tavares entrou com bandeira de cento e cinquenta luso-brasileiros e mil e quinhentos tupis na província do Tape e acampou às margens do rio Taquari, devastando a região. A redução de Jesus-Maria foi arrasada após resistir por cinco dias ao ataque escravizador. As missões de Santana, San Cristóbal e San Joaquín também teriam sido rapinadas. Em 1637 e 1638, outras duas expedições atacaram os povos missioneiros localizados nessas paragens. Estima-se que as missões do Tape tivessem uns trinta e cinco mil habitantes, uma população considerável para a realidade demográfica da época, mesmo européia.

A reconquista portuguesa de portos escravistas nas costas africanas em mãos holandesas contribuiu

para o fim das operações dos mamelucos paulistas de caça ao homem em territórios missioneiros espanhóis, já que se regularizou o abastecimento de trabalhadores africanos escravizados, diminuindo o mercado de nativos feitorizados. A partir de 1640, com o início da guerra de independência de Portugal da Coroa espanhola, os luso-brasileiros que penetraram na América Espanhola foram recebidos como inimigos. Até então, a Coroa espanhola tolerava os ataques preadores dos mamelucos paulistas às missões, já que proviam de braços escravizados a produção das colônias luso-brasileiras, alimentando as rendas reais hispânicas.

Vitória missioneira

Em 1641, uma bandeira de quatrocentos paulistas e três mil tupis, comandada por Jerônimo Pedroso de Barros, chegou ao Tape. Após violentos combates, os escravizadores foram batidos, em 25 de março de 1641, nas barrancas do rio M' Bororé, afluente do rio Uruguai, por quatro mil missioneiros que portavam, além das armas tradicionais, arcabuzes e rústicos canhões de bambus gigantes, reforçados com couros, confeccionados sob instrução jesuítica. Os invasores foram perseguidos até se perderem nos matos da região. Conta a tradição que assaltantes foram devorados, pelos vencedores, que, apesar de cristianizados, rememoraram os banquetes antropofágicos cerimônias que se seguiam tradicionalmente aos combates, na tradição tupi-tupinambá.

A vitória missioneira pôs fim às incursões dos mamelucos paulistas. Nesses combates, destacou-se o chefe guarani-missioneiro Inácio Abiaru. Em 1636-8, para se proteger dos ataques vicentinos, os guaranis missioneiros do Tape transferiram-se para a margem direita do rio Uruguai. As razias dos bandeirantes e a conseqüente migração das reduções para regiões a oeste do rio Uruguai determinaram importante desorganização das reduções jesuíticas e despovoamento relativo dos atuais territórios sul-rio-grandenses. A mão de obra nativa escravizada fortaleceu porém a economia mercantil e escravista luso-brasileira.

Em 1634, os povos da margem oriental do rio Uruguai receberam, cada um, lote de umas cem cabeças de gado para formar seus rebanhos. A criação animal – gado vacum, cavalar, muar, ovino – era essencial atividade da economia missioneira nas ricas pastagens naturais sulinas. Desconhecedores da economia pastoril, as comunidades guaranis eram mais facilmente conquistadas para reagrupamento em *pueblos*, que negava e superava a organização doméstica tradicional, já que lhes garantisse farta dieta de proteína animal, colheitas mais abundantes e segurança relativa diante dos *encomenderos* espanhóis e dos escravizadores lusitanos.

Quando da retirada para a outra margem do rio Uruguai, os guaranis missioneiros deixaram os gados nos atuais territórios do Rio Grande do Sul, nas margens meridionais do rio Jacuí, para que se reproduzissem. Como as condições ambientais dessas regiões eram excelentes para a multiplicação natural dos rebanhos, os animais reproduziram-se rapidamente. Nos anos 1611-17, os espanhóis levaram igualmente gados, em balsas, para a ilha do Vizcaíno, na desembocadura do rio Negro, e em terra firme, próximo da barra do rio San Salvador, na Banda Oriental do rio Uruguai [futuro Uruguai], para que se propagassem. Animais dispersos teriam cruzado incessantemente da margem direita do rio Uruguai, ao longo desses anos.

As manadas guaraníticas reproduziram-se e expandiram-se para o litoral, alcançando a orla atlântica e avançando para o sul. As *vaquerías del Mar* [vacarias do Mar] foram formadas pela confluência da expansão dos rebanhos missioneiros, dos gados introduzidos na Banda Oriental, dos animais chegados através do rio Uruguai. Essas vacarias ocupavam as pastagens que iam da margem direita do rio Jacuí até o rio Negro, no atual Uruguai, superando a seguir essa barreira em direção ao sul. Com a formação das vacarias, os atuais territórios sulinos passavam a possuir considerável riqueza. Devido à distância dos centros consumidores, o couro e as carnes dos animais tardaram a serem aproveitados sistematicamente por espanhóis e portugueses.

As importantes manadas de gados selvagens localizadas entre os rios Negro, Camaquã, Jacuí e o litoral – as vacarias do Mar – eram mantidas como uma espécie de reserva estratégica pelas Missões. Os vaqueiros missioneiros atravessavam periodicamente o rio Uruguai para extrair rebanhos das vacarias. Os territórios da *Campanha* – cinquenta mil km² – constituíam enorme *hacienda* trilhada continuamente pelos vaqueiros missioneiros e habitada pelas comunidades charruas, sobretudo, que se especializaram igualmente na caça predatória desses animais.

Crise lusitana

Em fins do século 17, após a expulsão dos holandeses do Nordeste, a fundação de colônias açucareiras pelas grandes potências européias – Inglaterra, Holanda e França – sobretudo nas Antilhas e no Caribe, determinou profunda crise na economia mercantil e colonial portuguesa, que passou a colocar com dificuldade os açúcares das capitânias luso-americanas na Europa. A Coroa portuguesa procurou fazer frente às dificuldades relançando a procura das minas, ensaiada nos primeiros anos da ocupação territorial, antes da organização da produção açucareira escravista, e desenvolvendo projetos coloniais mercantis

alternativos.

Durante a Unificação Ibérica [1580-1640], sobretudo comerciantes cristãos novos de judeus lusitanos tiveram acesso à bacia do Prata, onde se estabeleceram e desenvolveram uma rica atividade comercial, trocando, em Buenos Aires (1580), por Prata andina e couros, sobretudo africanos escravizados, bens da costa do Brasil [açúcar, cachaça, fumo, algodão, etc.] e produtos manufaturados, principalmente ingleses. Nesse então, os mercadores portugueses, devido à decadência do mercantilismo lusitano, transformavam-se já em correia de transmissão da produção manufatureira inglesa. Apesar da obrigação de exportar sua produção e importar o que necessitavam pelo oceano Pacífico, via Porto Belo, os proprietários bonaerenses e da região utilizavam-se do contrabando no rio da Prata para tais fins. Em 1640, com a Restauração Lusitana, o mercado platino fechou-se para os portugueses, com graves seqüelas também para as classes proprietárias do Plata, carentes sobretudo de mão-de-obra escravizada, devido à escassa população nativa regional.

Em 20 de janeiro de 1680, os portugueses fundaram a colônia do Santíssimo Sacramento, na margem oriental do Prata, nos atuais territórios uruguaios, diante de Buenos Aires. A colônia localizava-se em territórios indiscutivelmente pertencentes à Espanha, segundo o Tratado de Tordesilhas. Os espanhóis haviam ocupado a margem ocidental do rio da Prata e despreocuparam-se com a margem oriental, chamada também de Banda dos Charruas, pois dominada por aquelas comunidades. Nos primeiros tempos, esses territórios eram utilizados apenas para extração de madeiras, levadas para Buenos Aires. Com a cidadela de Sacramento, a Coroa portuguesa pretendia vender cativos e outros produtos aos espanhóis e nativos e extrair, direta e sobretudo indiretamente, couros dos gados selvagens, das riquíssimas vacarias da Banda Oriental. Com o contrabando, obter-se-ia a cobiçada Prata chegada do vice-reinado do Peru.

Desde fins século 17, uma extração episódica de couro, sebo e língua dos gados era feita, sobretudo nas margens das lagoas, por espanhóis e portugueses que ali chegavam em barcas e lanchões. Com a fundação da colônia do Sacramento, essa produção de couros intensificou-se fortemente na Banda Oriental. Devido às carcaças dos animais mortos e, portanto, à farta carne abandonada no local, cachorros chimarrões e animais selvagens multiplicaram-se abundantemente.

A Coroa espanhola não podia aceitar a intrusão e o contrabando lusitanos na região. A feitoria fortificada foi cercada, em agosto de 1680, por mais de duas centenas de soldados espanhóis que, apoiados por três mil guerreiros missioneiros atacaram e apoderaram-se de Sacramento, morrendo mais de cem

portugueses nos duros combates. Porém, em 1681, a colônia foi recuperada, diplomaticamente, pelos lusitanos. Sobretudo a partir de 1689, a Colônia conheceu importante desenvolvimento econômico, produzindo trigo, charque e, sobretudo couro, no contexto de um ativo contrabando. A extração de couro e a própria colônia de Sacramento declinaria apenas com a fundação de Montevideu pelos espanhóis, em 1726, que ensejou um melhor controle da campanha. Até 1777, Sacramento foi o grande ponto de atrito entre as Coroas ibéricas, na América Meridional, passando das mãos portuguesas para as espanholas, e vice-versa, por inúmeras vezes – agosto de 1680, janeiro de 1683, março de 1705, novembro de 1716, outubro de 1762, dezembro de 1763, maio de 1777.

Os espanhóis responderam prontamente à ambiciosa expansão lusitana no sul da América. Em 1682, dois anos após a fundação de Sacramento, guaranis missioneiros começaram a atravessar o rio Uruguai para fundar novas reduções no noroeste dos atuais territórios rio-grandenses. Formavam os Sete Povos da Banda Oriental do rio Uruguai as reduções de São Miguel (capital), São Nicolau, São Borja, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São João Batista, Santo Ângelo.

Nação missioneira

A nova ocupação estendeu o controle dos Sete Povos – mais ou menos legal e efetivo – sobre grande parte dos atuais territórios do Rio Grande do Sul e da Banda Oriental [futuro Uruguai]. No Planalto, os gados missioneiros ocuparam os campos e os ervateiros missioneiros exploraram parte das matas da região. Nos pampas, já em 1683, os vaqueiros da missão de São Miguel chegaram até os territórios da atual cidade de Bagé. Porém, em 1688, a oposição dos nativos locais, refratários ao projeto missioneiros, devido a menor nível de desenvolvimento civilizatório do que os guaranis, determinou o fracasso da missão de Santo André dos Guenoas e barrou a ocupação da região por missioneiros e portugueses até meados do século 18.

Os Sete Povos possuíam administração própria e permitiam melhor gestão dos recursos econômicos pastoris, agrícolas, ervateiros etc. da região e melhor proteção desse flanco do vice-reinado do Peru, ameaçado com a fundação da colônia do Sacramento pelos luso-brasileiros, em 1680. No início do século 18, as Missões Ocidentais e Orientais do rio Uruguai possuíam trinta povos e uns cento e vinte mil habitantes. Os Sete Povos teriam trinta mil habitantes, sobretudo guaranis, ainda que ali vivessem nativos charruas, minuanos, etc. – população significativa, considerando-se a realidade demográfica da época, como também assinalado. Então, a população de Portugal

ultrapassaria apenas um milhão e meio de habitantes.

As missões jesuíticas espanholas eram poderosa arma contra a expansão lusitana em direção ao Prata. Elas serviam de proteção das povoações hispânica dos ataques de comunidades nativas independentes e como guarda pretoriana quando de eventuais movimentos de insubordinação, contra o regime e as autoridades coloniais, das classes subalternizadas e proprietárias *criollas*. Requisitadas pelos governadores de Buenos Aires, as tropas missioneiras participaram ativamente do longo esforço militar espanhol pela posse da colônia do Sacramento. As missões sofreram as desgastantes seqüelas dessas mobilização, já que os guerreiros missioneiros eram os agricultores, pastores, ervateiros, etc. armados. As Missões incorporavam também esses vastos territórios ao espaço econômico colonial hispânico, já que exportavam couros, erva-mate, mulas, etc. sobretudo para pagar os impostos de capitação e adquirir o que não produziam.

Em 1675, os lusitanos fundaram a vila de Desterro (atual Florianópolis) e, após levantarem a colônia de Sacramento, em 1680, estabeleceram a povoação de Santo Antônio dos Anjos da Laguna [c.1684], para apoiar aquela cidadela. Laguna demarcava o limite meridional da ocupação luso-brasileira nas Américas, antes da distante colônia do Sacramento. Por longas décadas, o atual litoral sul-rio-grandense constituiu uma espécie de *terra de ninguém* entre Laguna e Sacramento, já que os guaranis missioneiros ocupavam, controlavam e exploravam as regiões das Missões, do Alto-Uruguai e boa parte da Depressão Central e do Escudo Sul-Rio-Grandense, desinteressados no litoral.

Como era habitual na época, as comunicações entre o Rio de Janeiro, a ilha de Santa Catarina e Laguna eram feitas essencialmente por mar. Não temos notícias precisas sobre quando foi estabelecida a comunicação, por terra, pelo litoral, entre Laguna e Sacramento. Conhecida como o “Caminho do Mar” ou “Caminho da Praia”, essa rota, trilhada pelas comunidades nativas havia séculos, teria sido aberta por desertores ou retirantes de Sacramento, a partir de 1683. Até inícios do século 18, os lusitanos limitavam-se a trilhar, periodicamente, os atuais litorais uruguaio, sulino e catarinense, indo e vindo de Sacramento e de Laguna, sem se interessarem igualmente por essa regiões.

Primeiros lusitanos no Sul

Era mais antigo o conhecimento dos atuais territórios sulinos pelos luso-brasileiros. Na segunda metade do século 16, como já assinalado, embarcados em lanchões, os vicentinos penetravam pela barra do rio Grande e escambavam cativos, cera, caça, alimentos etc., por produtos manufaturados, com os guaranis que vinham pescar, mariscar e caçar nas costas das lagoas. Tratava-se, porém, de atividade de pouco sentido econômico, para ambas as partes. Um século mais tarde, no litoral e nas margens das lagoas, lusitanos e espanhóis caçavam gado missioneiro bravio das vacarias do Mar para extrair couros, línguas e sebo e produzir algum charque. Os espanhóis que obtinham licença dos jesuítas e do *cabildo* de Buenos Aires para tais atividades eram chamados de “corambreros”; os que se dedicavam a elas clandestinamente, segundo parece em maior número, eram conhecidos como “changadores” – étimo talvez originado da palavra *jangada*, que usavam para atravessar o rio Uruguai com suas montarias.

A exploração dos gados das vacarias do Mar por *corambreros* e *changadores* era prática extrativista-mercantil de caráter pré-capitalista, de baixo desenvolvimento técnico, organizada por *capitalistas* lusitanos e espanhóis, realizada sobretudo com a mão de obra livre, paga com salários, couros e animais. Não era incomum o uso marginal de cativos nessa produção. As manadas eram perseguidas por cavaleiros armados com longas lanças de taquara com lâminas em forma de meia-lua. Imobilizados pelo corte do garrão, os animais eram mortos por peões ou cativos, que extraíam a língua, o couro e o sebo e produziam, eventualmente, algum charque. Com o passar dos anos, cavaleiros nativos pampianos foram utilizados nessas atividades.

Nos anos 1695, a descoberta pelos paulistas das “Minas Gerais do Ouro”, nas regiões do rio das Velhas, entre as atuais cidades mineiras de Sabará e Caeté, poria fim ao desinteresse lusitano pelos atuais territórios sulinos, devido à possibilidade de exploração dos gados dos territórios do atual Rio Grande do Sul. Com o desenvolvimento da economia mineradora, cresceu enormemente a necessidade de animais para a alimentação e, sobretudo, para o transporte. No Brasil Central, as mulas passaram a ser utilizadas intensamente para levar e trazer cargas através da Serra, em direção ao litoral. No Sul, os Sete Povos criavam mulas, que eram em parte vendidas em Buenos Aires, Assunção e nas minas andinas. A partir de 1703, devido ao novo mercado consumidor, os luso-brasileiros começaram a levar sobretudo muare, pelo litoral, da colônia do Sacramento para Laguna, pelo caminho da Praia. Em 1705, a colônia de Sacra-

mento caiu em mãos espanholas. Então, gados começaram a ser retirados das vacarias do Mar. Em 1716, a colônia de Sacramento voltou ao domínio lusitano.

Desde 1769, após a fundação da comandância de Rio Grande, em 1737, como veremos a seguir, o Rio Grande do Sul luso-brasileiro foi aquinhoadado com o direito exclusivo de criar e exportar “bestas muare” para o resto do Brasil, monopólio suspenso apenas quando da Regência [1831-1840]. O privilégio constituiu esforço da administração lusitana de garantir atividade econômica que facilitasse a ocupação dos territórios sulinos, estratégicos para a defesa da colônia do Sacramento. Talvez em 1702, os administradores dos Sete Povos, sabedores da existência de grandes campos no nordeste do Planalto, protegidos – ao norte, sul e leste – por densos pinheirais, enviaram vaqueiros para introduzir gados na região, a fim de criar reservas de animais. Ao se propagarem, os animais deram origem à vacaria dos Pinhais ou Campos da Vacaria, nas duas margens do rio Pelotas, mais tarde também explorada pelos lusitanos.

Em 1723, uma expedição partiu de Laguna para o Rio Grande, portando presentes para conquistar o apoio dos nativos minuanos, tradicionais inimigos dos guaranis missionários. Alguns caciques, agraciados com nomes portugueses e título de “cabo-mor” e de “capitão”, comprometeram-se com a defesa dos portugueses, de Laguna e da colônia do Sacramento. Em 1725, obedecendo a instruções da administração colonial portuguesa, a fim de organizar e facilitar a extração de gados e a defesa de Sacramento, partiu de Laguna expedição luso-brasileira de 31 homens, entre eles diversos cativos africanos. A “frota de João de Magalhães” chegou até a margem setentrional da barra do Rio Grande e estabeleceu currais no Estreito, iniciando o primeiro movimento luso-brasileiro de ocupação territorial dos atuais territórios sul-rio-grandenses.

Caminho do Mar

Inicialmente, os gados chegados da colônia de Sacramento ou retirados dos atuais territórios do Rio Grande do Sul eram levados, pela costa, até Laguna, onde eram embarcados ou charqueados. As carnes produzidas eram enviadas para Santos, Rio de Janeiro, Salvador, etc. As dificuldades dessa rota eram muitas. Os animais atravessavam a nado os canais, descansando nos bancos-de-areia da assoreada barra do Rio Grande; a seguir, venciam, também a nado, os rios Tramandaí, Mampituba e Araranguá, ocasião em que muitos deles eram arrastados para o mar, afogando-se. Em 1740, a Fazenda Real portuguesa cobrava cem réis para passar uma cabeça de gado para a margem Norte. Em 1780, ela possuía duas embarcações capazes de atravessar umas quarenta cabeças de gado

cada vez.

Em 1727, os animais começaram a subir do litoral para o planalto pelo morro dos Conventos, nas proximidades de Laguna, depois de trilharem o perigoso litoral. Esse caminho ficou conhecido como a “Estrada da Serra” ou “Estrada dos Conventos”. Após vencerem a serra, as tropas uniam-se aos gados que seguiam para o norte pelo caminho tropeiro do Planalto, onde havia muito se criavam animais. A nova rota determinou a decadência de Laguna como centro intermediário entre o Sul e as regiões mais ao norte. Desde os anos 1730, os animais chegados dos campos de Viamão subiram a Serra, tomando a direção do rio Rolante (afluente do rio dos Sinos). Essa rota foi conhecida como o “Caminho de Viamão”. Após alcançarem os campos de Cima da Serra e atravessarem o rio Pelotas, vencerem coxilha Rica, os gados embocavam o caminho de Curitiba, em direção à feira de Sorocaba, a uns cem quilômetros da vila de São Paulo.

Fundada em 1654, a povoação de Sorocaba foi elevada, em 1661, à situação de vila. A seguir, cresceu com o comércio de animais e, a partir de 1750, como posto de recolhimento de impostos sobre os animais comercializados. Para taxar a passagem dos gados pelo caminho de Viamão, a Coroa organizou, bem mais ao sul, o registro da Guarda [Velha] de Viamão, nas proximidades da qual nasceria a povoação e futura vila de Santo Antônio da Patrulha. O caminho de Viamão ligou os territórios sulinos a mais antiga rota boiadeira Curitiba/Sorocaba/São Paulo/Minas Gerais. Uns mil e quinhentos quilômetros separavam a Guarda [Velha] de Viamão de Sorocaba. Em geral, esse caminho era constituído por uma sucessão de campos, com fartas pastagens e abundantes aguadas. Ao alcançarem o sertão de Lages, os tropeiros conduziam as tropas por trezentos quilômetros, por estreitos caminhos, varando rios, brejos, matas. Quando das primeiras viagens, ao subirem a Serra, os tropeiros descobriram as vacarias dos Pinhais, formada pelos guaranis missioneiros no início do século 18, como visto. Desde então, levaram animais da vacaria para Sorocaba. Mais tarde, tropas muares trazidas dos atuais territórios argentinos foram contrabandeadas para Sorocaba, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A extração sistemática dos gados sulinos determinou a formação de estâncias – inicialmente locais de descanso para os gados – nos campos de Viamão e no Estreito. Inicialmente, as estâncias eram humildes ranchos de adobe, cobertos de palha, com uma roça de subsistência e alguns currais para os gados, povoadas pelos estancieros e alguns cativos e peões. Mais tarde, o esgotamento das vacarias do Mar e dos Pinhais determinou a formação dos primeiros criatórios na região. Apenas então o termo “estância” tornou-se sinônimo de fazenda pastoril.

Primeiras sesmarias

A partir dos anos 1730, foram concedidas as primeiras sesmarias no litoral norte e no Estreito – Torres; Tramandaí [1732]; Osório, campos de Viamão [1740], Gravataí etc. Em 1734, assinalavam-se 27 estâncias entre Tramandaí e Rio Grande. Habitualmente, a sesmaria consistia de “três léguas em quadro”, ou seja, pouco mais de treze mil hectares, constituindo doação gratuita e plena, sem qualquer ônus, a não ser o dízimo de Cristo, sob a obrigação dos sesmeiros de ocupá-las e explorá-las. Era comum que os sesmeiros explorassem, havia alguns anos, as terras que requeriam à Coroa. No Sul, para obterem uma sesmaria, os requerentes declaravam, comumente, condições de povoar as terras em gados e trabalhadores, em geral escravizados. Tratava-se de reprodução do padrão latifundiário, escravista e mercantil da ocupação e exploração da terra comum no resto da colônia. Para proteger e apoiar essas atividades, fundaram-se os povoados de Nossa Senhora da Conceição de Viamão, próximo ao rio Guaíba, e um reduto fortificado, a tranqueira [estacada para fortificar] de Santo Amaro, na bacia do Jacuí. Nos campos de Viamão, desde os primeiros tempos, plantavam-se também cana-de-açúcar e mandioca, igualmente com o braço escravizado.

O alto preço dos salários do trabalho do homem livre pobre na época, em geral, e na região, em especial, devido à possibilidade de se dedicarem a explorações de subsistência, e a baixa rentabilidade da atividade pastoril-tropeira, determinavam que, desde os primeiros tempos, as *estâncias* fossem povoadas com alguns trabalhadores escravizados, fato que explica, ao lado das práticas agrícolas, o registro precoce de cativos nos primeiros mapas estatísticos da região. O alto preço dos cativos e a baixa acumulação ensejada pela atividade pastoril-tropeira e pela agricultura praticada na região contribuíram à lentidão inicial do povoamento dos atuais territórios sul-rio-grandenses.

Até 1737, luso-brasileiros e hispano-americanos dividiram-se informalmente, sem confrontos significativos, o domínio dos atuais territórios sulinos. Os luso-brasileiros ocupavam as regiões a leste da lagoa dos Patos e do rio Guaíba – os campos de Viamão e o Estreito. Nesse então, as terras ao norte da barra do Rio Grande dependiam da capitania de São Paulo. Os guarani-missioneiros dominavam as Missões, o Alto-Uruguaí, e grande parte dos pampas meridionais – a Campanha. O Planalto Médio e os campos de Cima da Serra eram terras controladas, mais ou menos efetivamente, pelas guaranis missioneiros e habitadas por comunidades nativas. Com o estabelecimento do caminho de Viamão, o nordeste sul-rio-grandense passou a ser trilhado e dominado por tropeiros luso-brasileiros.

As lagoas, o rio Jacuí e a Serra serviam como fronteira natural entre os territórios controlados pelos luso-brasileiros e pelos hispano-missionários, afastando fisicamente os oponentes ibéricos. Ao menos em teoria, tal divisão garantia à Coroa espanhola a proteção do vice-reino do Peru, ainda que não lhe garantisse uma defesa efetiva da expansão lusitana em direção às regiões do rio da Prata, em virtude do controle lusitano de fato do atual litoral sul-rio-grandense.

Em fevereiro de 1737, a Coroa portuguesa rompeu o equilíbrio regional, fundando o forte e presidio [sede de presidência] de Jesus-Maria-José, na margem Meridional do rio Grande. A seguir, foi instituída a Comandância Militar do Rio Grande de São Pedro, dependente do Rio de Janeiro, com sede na povoação e com autoridade sobre as terras ao sul da barra do Rio Grande. Os campos de Viamão e o Estreito dependiam administrativamente da capitania de São Paulo, como visto. Em 1751, a povoação de Rio Grande foi elevada ao *status* de vila, instalando-se a primeira Câmara Municipal, com autoridade sobre todas as possessões portuguesas na região.

A conquista do pampa

O brigadeiro José da Silva Pais [1679-1760] comandou a expedição que, após socorrer a colônia de Sacramento, sitiada desde 1735 por espanhóis e missionários, fundou a futura vila de Rio Grande, onde, a seguir, estabeleceriam-se colonos chegados do Rio de Janeiro, de Laguna, de Sacramento e das ilhas dos Açores. Duzentos nativos foram trazidos de São Paulo para trabalhar na organização da nova povoação. A fundação de Rio Grande apoiou-se em grande parte no trabalho dos nativos que participaram das construções das fortificações do porto, do Estreito, de São Miguel etc. O salário, alimentação e tratamento seriam tão precários que, já em janeiro de 1738, 34 nativos e quatro nativas desertavam do trabalho das fortificações de Rio Grande. Acordos entre o comando militar e comunidades minuanas facilitaram o abastecimento dos recém-chegados, sobretudo em gado, alimento fundamental para os povoadores. A ocupação lusitana dessas regiões deu-se através da aculturação, escravização, combate e extermínio das comunidades nativas, processo que apenas começa a ser objeto de estudos historiográficos sistemáticos.

Em Rio Grande, estabeleceu-se poderoso regimento de seiscentos soldados Dragões, tropas portuguesas de elite. O oficial máximo do corpo ganhava 80\$000 réis mensais; os soldados, 27 vezes menos – 3\$000. As deserções eram freqüentes, devido ao atraso dos soldos e às difíceis condições de trabalho e de existência. Com a nova cidadela, os luso-brasileiros realizavam o segundo grande movimento de ocupação dos atuais territórios sulinos. A vila-porto

de Rio Grande permitia que os lusitano-brasileiros apoiassem a sitiada colônia de Sacramento e explorassem as regiões da Campanha próximas à povoação, estabelecendo igualmente uma importante extração de couros dos animais selvagens dos campos mais próximos.

Para povoar os novos territórios, casais chegados sobretudo de Sacramento e de Laguna alojaram-se em Rio Grande e terras próximas da aglomeração foram distribuídas principalmente para aqueles que tivessem condições de povoá-las, com animais e trabalhadores escravizados, como visto. Fazendas e currais foram levantados nas pastagens circunvizinhas para apoiar as tropas, produzir couro, sebo, língua, carne verde e algum charque. Nas vizinhanças da vila, organizaram-se roças e plantações de trigo, centeio, cevada, milho, feijão, ervilha etc., sobretudo para o abastecimento da povoação e alguma exportação.

Inicialmente, os trigos sulinos alimentavam as guarnições da região. A seguir, foram exportados, sobretudo para o Rio de Janeiro, mas também para a Bahia, Pernambuco e Portugal. Com as novas plantações, apoiadas em grande parte no trabalho escravizado, os colonos recém-chegados punham fim às atividades produtivas sustentadas sobretudo na caça predatória dos gados pelo couro, praticada intensamente, enquanto abundou o gado, após 1737. A produção tricultora garantia uma maior rentabilidade do que as tropas, permitindo a fixação de um maior número de luso-brasileiros, que se apoiaram na mão de obra escravizada, como assinalado. Porém, a ocupação da região ficou no geral restrita às proximidades de Rio Grande.

Tratado de Madrid

Em 1750, iniciou-se grande movimento expansionista luso-brasileiro nos atuais territórios sulinos. O Tratado de Madrid, pactuado entre Portugal e Espanha, em 13 de janeiro daquele ano, constituiu tentativa de solução pacífica global das desavenças territoriais ibéricas na América do Sul. No relativo à América Meridional, o acordo determinava a passagem de Sacramento ao domínio da Coroa espanhola e a entrega aos lusitanos dos territórios missionários ao oriente do rio Uruguai. Nesses anos, decaía a produção andina de Prata e, portanto, o interesse de portugueses e dos espanhóis por aquela região. Os espanhóis recebiam também as Filipinas e as Molucas na troca.

Com o tratado, os espanhóis garantiam-se o domínio do Prata e despreocupavam-se olímpicamente com a sorte e com os direitos das populações missionárias, que eram expropriadas de suas vilas, de suas terras, de seus ervais, de suas estâncias e de enorme parte dos rebanhos. O artigo XVI do tratado dizia:

“Das povoações ou aldeias que cede sua Majestade Católica na margem oriental do rio Uruguai, sairão os missionários com todos os móveis e efeitos, levando consigo os índios para os aldear em outras terras de Espanha [...]; se entregarão as povoações à Coroa de Portugal, com todas as suas casas, igrejas e edifícios e a propriedade e posse do terreno [...]” Em 1751, tratado secreto acertou o uso conjunto das forças militares ibéricas no caso de resistência missioneira.

Os missioneiros deveriam se agasalhar na Banda dos Charruas [Uruguai] ou na outra margem do rio Uruguai, já fortemente ocupadas por comunidades missioneiras, o que determinaria fome, miséria e morte para milhares de habitantes dos Sete Povos. Dos atuais territórios sulinos, apenas os terrenos nas margens meridionais do rio Ibicuí permaneceriam com a Espanha. Ali se encontravam algumas das mais ricas estâncias missioneiras. Para colonizar as Missões, a Coroa portuguesa mandara vir mais de quinhentos casais das ilhas atlânticas, sobretudo das ilhas dos Açores e da Madeira, sob a promessa de terras, ferramentas, sementes, ajuda de custo etc. A cada casal seriam entregues 272 hectares de terra – “um quarto de légua em quadra”. Logo, novos imigrantes chegados das ilhas juntaram-se aos iniciais. Até 1754, uns três mil açorianos estabeleceram-se no Rio Grande do Sul – dois terços da população luso-brasileira da região de então.

A proposta de ocupação de importantes regiões do sul do Brasil com *pequenos proprietários* provenientes das ilhas foi a primeira tentativa da administração lusitana de desenvolver na região uma economia camponesa que facilitasse o domínio dos territórios, produzisse braços para os exércitos coloniais e meios de subsistência para as tropas locais. A iniciativa estava fadada ao fracasso devido à inexistência de mercados para o escoamento de uma produção policultura. Ao chegar ao Rio Grande, o general de batalha português Gomes Freire de Andrade [1757-1817], comissário lusitano da expedição demarcadora, concedeu sesmarias no Chuí, em Viamão, em Cima da Serra, no vale do rio dos Sinos, no Jacuí, no Caí, no rio das Antas, na vacaria dos Pinhais, incentivando fortemente a extensão da ocupação latifundiária, mercantil e escravista do território pelos luso-brasileiros.

Em setembro de 1752, os responsáveis pela demarcação dos limites sul das colônias ibéricas encontraram-se em Castilhos Grande e, em inícios de outubro, punham o primeiro marco divisório. Além de militares, a expedição luso-espanhola comportava astrônomos, diplomatas, engenheiros e geógrafos. Ela foi barrada por tropas missioneiras comandadas por José Tyarajú – Sepé –, alferes real de São Miguel, na coxilha de São Sebastião, no atual município de Bagé, já em territórios daquela redução. Diante da vontade de resistência e do forte inverno, os ibéricos assina-

ram armistício com as tropas missioneiras em 14 de novembro de 1754, voltando os portugueses para Sacramento e os espanhóis para Montevideu [1726].

Guerra Guaranítica

Finalmente, em 16 de janeiro de 1756, após marchas e contramarchas, um exército hispano-lusitano de 2.600 homens, poderosamente armado e artilhado, reuniu-se nas cabeceiras do rio Negro, de onde partiu para as Missões. Em inícios de fevereiro, em um dos primeiros confrontos entre as tropas ibéricas e missioneiras, caiu morto em combate “um índio de grande valor chamado Sepé”. Apesar do antagonismo histórico, os missioneiros foram apoiados por combatentes charruas, minuanos, guenoas e outros, chamados, segundo parece, ao desconhecimento dos jesuítas. Entretanto, não houve o apoio efetivo dos povos da margem direita do rio Uruguai, aos missioneiros do Tape, nem mesmo acordo profundo entre estes últimos, na condução da resistência aos ibéricos.

Em 10 de fevereiro de 1756, nos campos de Caibaté, 1.800 missioneiros, armados de lanças, arcos e flechas e algumas peças de artilharia “feitas de madeira e forradas de couro”, tentaram abrir negociações e impedir o avanço das tropas ibéricas, que contavam com mais de 3.700 combatentes e dezenove canhões. De forma coordenada, as artilharias portuguesa e espanhola abriram fogo, desorganizando os missioneiros. A seguir, mais de mil missioneiros teriam sido perseguidos e massacrados. Em 16 de maio de 1756, após refregas menores, os ibéricos entravam triunfantes em San Miguel, encerrando a Guerra Guaranítica [1753-6].

Devido às decisões do Tratado de Madrid [1750], a Comissão Demarcadora fundara, em 1752, entre os rios Jacuí e Pardo, a fortificação de Jesus-Maria-José, para onde foram transferidos soldados Dragões de Rio Grande. Por décadas, a “tranqueira do Rio Pardo” foi a fronteira extremo-oeste das possessões lusitanas, visitada por coreadores espanhóis e local de partida de expedições para caçar animais pelo couro na Banda Oriental. Colonos açorianos foram estabelecidos em caráter precário, em terras tidas como devolutas, entre o rio Pardo e o rio Jacuí. Nos arredores da povoação, que se encontrava em territórios missioneiros, plantou-se trigo e produziram-se charque e couros, fortemente apoiado na mão-de-obra escravizada. A aglomeração conheceu uma importante contribuição com o estabelecimento, na sua parte norte, da *aldeia de índios* de São Nicou, com guaranis retirados das missões, como veremos oportunamente.

A resistência guaranítica às tropas ensejou que os missioneiros, mesmo derrotados, permanecessem em seus pueblos, ainda por bem mais de meio século, o que impediu que os colonos açorianos apenas-che-

gados partissem para as Missões. Em 1752, o estabelecimento de algumas dezenas de casais nas margens do arroio Dilúvio, no porto do Dornelles, e a seguir, na região norte da península [futura rua da Praia], onde era maior a profundidade e, portanto, melhor a navegabilidade do rio, consolidou-se a formação da futura aglomeração urbana de Porto Alegre.

Muito logo, o pequeno arraial cresceu rapidamente, em razão das qualidades evidentes da localização: encontrava-se na *encruzilhada* das regiões então dominadas pelos luso-brasileiros e possuía um ótimo porto de águas profundas e um sítio elevado de fácil defesa. Essas características contribuíram para que a povoação se tornasse, a partir de 1773, sede da capitania e, a seguir, da província e do estado do Rio Grande do Sul. Nos primeiros cinquenta anos, o desenvolvimento de Porto Alegre assentou-se sobremaneira na plantação e exportação do trigo. Durante o século 19, a aglomeração constituiu o principal centro de distribuição de mercadorias da Depressão Central. Em 1824, a localização de colonos alemães nas suas proximidades fortaleceu o dinamismo econômico da aglomeração, à margem da acumulação econômica ensejada pela produção pastoril-charqueadora, na Campanha e no litoral sul.

Afluxo populacional

Em 1757, por causa da demora na demarcação das novas fronteiras, da não-evacuação dos missioneiros dos Sete Povos e temendo-se ofensiva hispânica, as tropas lusitanas recuaram para Rio Pardo. Na retirada, arrastaram consigo alguns milhares de guaranis missioneiros, que foram levados para as povoações de São Nicolau de Rio Pardo, São Nicolau de Cachoeira (do Sul) e para a Aldeia de Nossa Senhora dos Anjos (Gravataí). Sob o jugo lusitano, os missioneiros foram obrigados a trocar seus nomes guaranis por portugueses. A ação visava fornecer mão-de-obra para as classes dominantes sul-rio-grandenses e debilitar as forças militares hispânicas que recorriam sistematicamente aos missioneiros em suas operações antilusitanas. A obrigação de tomar nome português almejava e viabilizava a destruição da forte identidade guarani-missioneira.

O controle de parte das populações missioneiras permitiu que os proprietários luso-brasileiros minorassem a enorme falta e carestia de trabalhadores a serem explorados nas fazendas, nas plantações, nas roças, nas vilas, etc., realizadas fortemente com o trabalho escravizado africano, de custo relativamente elevado. Nos anos seguintes, os guaranis missioneiros foram intensamente utilizados na produção mercantil regional. Esse significativo deslocamento populacional, essencial à formação do sul luso-brasileiro, foi praticamente desprezado pela historiografia sulina

tradicional, como importante composição do núcleo básico da formação da população sul-rio-grandense.

Em 1781, o cartógrafo, engenheiro-militar e brigadeiro Francisco João Roscio (1733-1805), comandante militar e governador da capitania de São Pedro em 1801-3, referiu-se aos habitantes da aldeia de Gravataí registrando a visão das classes dominantes da época sobre essa população subalternizada: “Este povo é bastante bisonho e falta de indústria e capricho. São fortes e sofrendores de trabalho com bastante aptidão e habilidade. Servem de grande socorro a este Continente em todos os trabalhos grosseiros e fortes: mas são inconstantes e acostumados a fugir tanto homens como mulheres [...]”. Registre-se a ênfase na resistência dos ex-missioneiros às condições de trabalho a que eram submetidos através da fuga, que denotava as relações semi-servi a que estavam submetidos. A grande migração dos missioneiros derrotados deu-se em direção à Banda Oriental do Uruguai. Acredita-se que alguns milhares de missioneiros estabeleceram-se no atual Uruguai, *guaranizando* profundamente a região, onde se empregaram, nos campos, como peões, e, em Montevidéu [1724], como chacareiros, artífices etc. Guaranis missioneiros incorporaram-se igualmente aos toldos charruas e minuanos do pampa uruguaio. Ainda que decaída, permaneceu importante a população de origem guarani nas missões, até, como veremos oportunamente, ao grande êxodo de 1828, também em direção à Banda Oriental.

Em 1760, o Rio Grande passou a capitania, com sede na vila homônima, independente de Santa Catarina e dependente do Rio de Janeiro. A subalternidade determinava que as concessões de sesmarias fossem feitas pelo governador do Rio de Janeiro. Em inícios de 1761, o Tratado de El Pardo, entre Portugal e Espanha, anulou o Tratado de Madrid, de 1750, mantendo as fronteiras anteriores no sul da América entre as possessões de Portugal e de Espanha – as missões continuaram espanholas e Sacramento português. No mesmo ano, a Espanha, a França, Nápoles e a Sicília, sob o reino dos Bourbons, uniram-se contra a Inglaterra e, conseqüentemente, contra Portugal, seu pequeno e tradicional aliado-subalterno.

Grande ofensiva

Os espanhóis aproveitaram a Guerra dos Sete Anos [1756 e 1763] para uma grande ofensiva no Prata. Em outubro de 1762, as tropas castelhanas e missioneiras assaltaram e apoderaram-se da colônia de Sacramento. Em 19 de abril de 1763, o forte de Santa Teresa, na fronteira sul da capitania de Rio Grande, caía, sem resistência. Mais grave ainda, e, em 24 do mesmo mês, a vila e o porto de Rio Grande e o Norte eram entregues, também praticamente sem luta aos castelhanos, obrigando a administração luso-brasilei-

ra e grande parte da população da vila e dos arredores a recuar para os campos de Viamão. Colonos açorianos presos em Rio Grande foram levados para Maldonado [1755], no sudeste da Banda Oriental, onde se estabeleceram, muitos deles definitivamente.

Nessa época, a vila de Rio Grande teria 1.500 habitantes; a futura Porto Alegre, quinhentos; a aldeia de Nossa Senhora dos Anjos (Gravataí), mil guaranis missionários; e a tranqueira do Rio Pardo, umas duzentas famílias. As populações de Viamão e de Santo Amaro eram ainda menores. Ao todo, o Rio Grande luso-brasileiro possuiria umas quatrocentas fazendas de gado, oitenta delas no Estreito. Em 10 de fevereiro de 1763, em virtude da assinatura do tratado de Paris entre os beligerantes, a colônia do Sacramento foi devolvida aos lusitanos, permanecendo, porém, os espanhóis no domínio da vila de Rio Grande e, portanto, comandando a entrada e saída para as terras do interior. Em julho de 1767, os jesuítas espanhóis foram expulsos dos Sete Povos, e de todas as possessões hispânicas, que passaram à administração secular espanhola, acelerando-se a decadência em que já viviam. Em 1774, para consolidar a conquista da Campanha, os espanhóis construíram o forte de Santa Tecla, a poucos quilômetros da atual cidade de Bagé.

Com Rio Grande em mãos espanholas, a sede da capitania fora transferida para a capela de Viamão, elevada à situação de vila e, em 1773, para a freguesia de São Francisco dos Casais. Apesar da nova dignidade, a futura Porto Alegre só foi elevada ao *status* de vila em 1810 e, de cidade, em 1822. Foi também devido à ocupação de Rio Grande pelos espanhóis que São José do Norte desenvolveu-se como principal ponto de defesa lusitana do Estreito. Em razão do domínio espanhol, muitos açorianos vivendo nas adjacências de Rio Grande retiraram-se da região, estabelecendo-se nas terras mais férteis da Depressão Central, sobretudo ao longo da mais protegida margem esquerda do rio Jacuí, sob a proteção da *tranqueira* de Rio Pardo. Nas novas regiões, prosseguiram a plantação de cereais, sempre apoiados na força de trabalho familiar e de trabalhadores escravizados. Os capitais obtidos nos trigais foram investidos na compra de cativos para a criação animal e para a produção de charque. As terras eram obtidas como sesmarias ou compradas a muito baixo preço.

O *status quo* regional desequilibrara-se claramente em detrimento dos luso-brasileiros. A perda de Rio Grande e do Norte impedia o ingresso marítimo ao interior da capitania. Em 6 de julho de 1767, o Norte foi reconquistado pelos portugueses, garantindo um porto marítimo com contato com o interior. Porém, apenas em 26 de março de 1776, o forte de Santa Tecla, e no dia 1º de maio do mesmo ano, Rio Grande e a Campanha foram retomados aos espanhóis, por poderoso exército luso-brasileiro de mais de sete mil

homens – o maior jamais enviado pela Coroa portuguesa à América, o que registra a importância daquela operação. Em resposta, uma poderosa expedição espanhola assaltou e apoderou-se facilmente da ilha de Santa Catarina, em fevereiro, e da Colônia, em junho de 1777. Dessa feita, os espanhóis desmantelaram a fortaleza de Sacramento.

Viradeira lusitana

A morte de dom José I de Portugal, em inícios de 1777, e a ascensão ao trono de sua filha, dona Maria I, permitiram a *viradeira* que depôs o poderoso marquês do Pombal [1699-1782] e seu projeto reformista-ilustrado, entregando novamente o controle direto do governo e do Estado lusitano à grande aristocracia terratenente. Um dos primeiros resultados da nova acomodação do poder foi a assinatura, em 1º de outubro de 1777, do Tratado Santo Ildefonso, que reconhecia a soberania espanhola sobre a colônia de Sacramento e sobre as Missões, em troca da retirada espanhola de Santa Catarina. O forte de Santa Tecla e os territórios do meridiano sulino passaram, novamente, ao domínio espanhol.

O tratado instituiu os Campos Neutrais na fronteira entre os territórios meridionais de Espanha e Portugal. Doravante, as terras entre a lagoa da Mangueira e a lagoa Mirim e a costa atlântica não poderiam ser ocupadas por nenhuma das Coroas ibéricas. Entre os objetivos da decisão encontrava-se a vontade de demover o contrabando luso-brasileiro com o Prata. Essa verdadeira terra de ninguém tornaria-se verdadeira pátria dos contrabandistas. A reconquista de Rio Grande e o Tratado de Santo Ildefonso, garantindo a posse da campanha aos lusitanos, permitiram a efetiva ocupação de grande parte dos pampas rio-grandenses. Após a reconquista do porto marítimo de Rio Grande, muitos dos oficiais chegados para a campanha militar contra os espanhóis receberam ou simplesmente apoderaram-se de importantes sesmarias nos pampas, onde organizaram fazendas pastoris. Em pouco tempo, as terras acessíveis esgotaram-se completamente.

Nos anos 1780, a produção mercantil sulina centrava-se na triticultura, na exportação de muare e na produção de couros, já fortemente produzida em estâncias pastoris, definidas comumente como fazendas chimarrãs, devido ao domínio nas mesmas dos gados selvagens. Como vimos, nos anos 1750, os ilhéus chegados ao Sul destinados a ocupar as Missões fundaram ou fortaleceram povoações em Viamão, no litoral, no Estreito [Torres, Mostardas, Bojuru, Gravataí] e ao longo da margem setentrional do Jacuí [Porto Alegre, Triunfo, Taquari, Santo Amaro, Rio Pardo]. Com a imigração açoriana, a Coroa pretendia organizar economia camponesa policultora que for-

necesse filhos e alimentos para as tropas militares da região, como assinalado. Por diversas razões, com o passar dos anos, boa parte dos ilhéus abandonaria a produção agrícola pela criação animal. Inicialmente, a produção pastoril alimentava o mercado local com carne, produzia couros e exportava tropas, sobretudo de muars.

Em fins do século 18, a decadência da produção mineradora no Brasil Central determinou a retração do consumo de mulas sulinas. Então, a produção triticultura e, sobretudo, a atividade charqueadora [1780] impediram que a produção mercantil escravista sul-rio-grandense se deprimisse ainda mais. Nos anos 1830, a exportação mular para Sorocaba, em São Paulo, retomou fôlego, com as novas necessidades nascidas da produção cafeicultura, então em forte expansão. O café era levado do vale do Paraíba do Sul para o litoral em bolsas de couro transportadas por milhares de mulas.

Os trigais sulinos foram plantados nas proximidades da lagoa dos Patos, ao longo dos rios Jacuí e Taquari e nas cercanias de Rio Pardo. A produção era comercializada e embarcada no porto de Porto Alegre e exportada para o Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Portugal, tendo contribuído significativamente para primeira expansão econômica de Porto Alegre. De 1813 a 1816, o Rio Grande do Sul chegou a exportar, em média, anualmente, mais de dez mil e quinhentas toneladas de trigo ao ano. A atividade permitiu uma primeira introdução sistemática de mão-de-obra escravizada no Sul e financiou o estabelecimento de charqueadas e a construção de embarcações de cabotagem. A importação significativa de cativos africanos novos era apoiada pela proibição, desde meados do século 18, da escravização de nativos, que continuaram sendo, não raro, reduzidos, nos fatos, a condições semi-serviço de trabalho.

A Corte no Rio de Janeiro

Em inícios de 1808, a transferência do aparato administrativo do império português para o Rio de Janeiro e a conseqüente liberalização do comércio internacional, sem uma proteção aduaneira pertinente, determinaram que a exportação tritícola sulina sofresse, nas restantes províncias, a dura concorrência do trigo estadunidense. Este último passou a pagar, a partir de 1827, como as outras mercadorias, apenas quinze por cento de taxa alfandegária. A mesma depressão conheceria a produção artesanal e pequena mercantil da colônia, diante dos produtos manufaturados importados, sobretudo ingleses. O que fortaleceu a economia escravista e as relações de produção e de dominação pré-capitalistas. A partir de 1811,

com a ocupação temporária luso-brasileira da Banda Oriental, a expansão dos criadores sulinos em direção àqueles territórios e o saque dos rodeios orientais favoreceram a explosão da produção pastoril-charqueadora rio-grandense, contribuindo para a frustração definitiva da triticultura.

Diversas causas contribuíram para que o trigo sulino fosse alijado do mercado do Brasil e mundial: a incidência da ferrugem (1811); as dificuldades dos transportes; a carestia da mão-de-obra livre e escravizada; o escasso desenvolvimento das técnicas produtivas; a inadequação da triticultura à produção escravista; a produtividade irregular do produto; a concorrência do trigo estadunidense. Sobretudo o desenvolvimento da produção charqueadora tornou ainda mais rentável a criação animal, concentrando os capitais regionais disponíveis. Em 1822, o Rio Grande alimentava-se com o trigo trazido do exterior.

Foi a produção pastoril-charqueadora escravista que consolidou a economia mercantil sulina e, portanto, o Rio Grande do Sul luso-brasileiro. Antes mesmo da ocupação do litoral, a partir dos anos 1720, praticava-se uma produção artesanal de charque e de couros no Estreito e nas margens das lagoas, alimentada pelos gados selvagens abundantes na região. A partir da segunda metade do século 18, charqueava-se ativamente no vale do Jacuí. A atividade saladeiril sulina foi impulsionada pelas grandes secas de 1777-8 e 1791-2 no nordeste do Brasil. Elas facilitaram o desenvolvimento da produção escravista de carnes salgadas sulina, ao dizimarem os gados daquelas regiões, que alimentavam a produção do Ceará e do Piauí, tradicionais fornecedores de carne-de-sol para o resto do Brasil. As pastagens mais abundantes e o clima mais benigno e regular do sul da América permitiam uma produção pastoril significativamente mais rentável em relação à nordestina.

Com a expulsão dos espanhóis do porto e da vila de Rio Grande, em 1776, os territórios vizinhos a essa povoação foram rapidamente ocupados por fazendas pastoris. Então, uma importante atividade saladeiril organizou-se, sobretudo nas margens do arroio Pelotas, dando origem à importante povoação de São Francisco de Paula, futura vila de Pelotas, que se distinguiria como grande centro charqueador e escravista do Rio Grande do Sul. Charqueadas surgiram também nas margens das lagoas, no rio Jacuí, no rio Guaíba, etc. Até os anos 1830, Rio Pardo abasteceu a capital com charque. A localização das charqueadas nas margens das vias aquáticas nascia da necessidade do escoamento da produção.

As condições de trabalho na produção saladeiril eram muito duras, determinando que funcionasse quase inteiramente com mão-de-obra escravizada. Nesse então, no Rio Grande e no Brasil, a escassa população livre conseguia sobreviver, nem que fosse

como pequeno possessor, devido à abundância relativa de terras, sem assalariar-se sob condições draconianas. Por décadas, as charqueadas, com de sessenta a cem cativos, financiaram o ingresso de grandes quantidades de trabalhadores africanos escravizados no Sul. Sobretudo, ensinaram a rápida ocupação dos pampas do Rio Grande do Sul e do norte do Uruguai por fazendas pastoris latifundiárias voltadas à criação de animais para o abate, em grande parte apoiada no trabalho escravizado. Em 1785, 64,22% das 841 propriedades sulinas recenseadas tinham mais de mil hectares.

Terra ocupada

A produção charqueadora, grande eixo articulador das atividades econômicas das classes dominantes sulinas, sofreu sempre a dura concorrência das carnes salgadas do rio da Prata, de campos mais produtivos e, inicialmente, exportadas pelo porto de Montevideu. Desde 1780, o Estado colonial hispano-americano concedera a liberdade comercial para aquelas regiões, no contexto do império hispânico, que, a seguir, também não pagariam direitos sobre o ingresso do sal e sobre a exportação do charque.

A superioridade dos charques platinos devia-se à melhor qualidade dos campos, dos gados e da mão-de-obra trabalhadora livre empregada nas charqueadas do Uruguai e da Argentina. Era igualmente significativa a melhor qualidade do porto de Montevideu e de Buenos Aires em relação a Rio Grande. O Prata conheceria, igualmente, fortes investimentos de capitais ingleses. Em geral, as charqueadas sulinas prosperaram sobretudo quando crises políticas tumultuaram a produção do Prata, através do saque dos rebanhos orientais pelos criadores sulinos; cerco do porto de Montevideu e Buenos Aires, etc.

Estudos arqueológicos e históricos registram a pobreza relativa de muitas fazendas sulinas ainda em início do século 19. A sede, o galpão, as senzalas teriam construção e acabamento rústicos; seus primeiros ocupantes alimentavam-se sobretudo de carne e eram poucos os manufaturados importados, etc. Sobretudo a partir de 1830, o charque sulino encontrou um mercado em forte expansão em razão do desenvolvimento da produção escravista de café. A carne salgada era um tradicional alimento do trabalhador escravizado e da população pobre, ainda que consumido com parcimônia. Os homens ricos alimentavam-se com a carne de animais apenas abatidos – “carne verde”. Nesse contexto, com o impulso da produção charqueadora escravista sulina a partir de 1780, os pampas sulinos foram totalmente ocupados por fazendas pastoris, em boa parte a partir do uso da mão-de-obra escravizada, como assinalado.

O desenvolvimento e integração da atual região

norte do Rio Grande do Sul conheceu um processo diverso. Nos anos 1753-6, a derrota missioneira pelas tropas luso-espanholas despovoou relativamente os Sete Povos. Muitos missioneiros foram massacrados, dispersos, transferidos para povoações portuguesas. Outros cruzaram o rio Uruguai e mudaram-se para a Banda Oriental. As Missões prosseguiram sua decadência, sob administração laica espanhola, após a expulsão dos jesuítas, em 1767. Parte das terras missioneiras foi entregue a colonos espanhóis e alguns criadores luso-brasileiros insinuaram-se na região. Porém, bem ou mal, as populações missioneiras detinham ainda o controle de importantes fazendas coletivas.

Em inícios de 1801, aproveitando as hostilidades entre os reinos espanhol e português, devido às guerras napoleônicas, os Campos Neutrais, até o rio Jaguarão, foram incorporados ao Brasil. Em agosto, tropas irregulares luso-brasileiras, apoiadas por comunidades missioneiras descontentes com a administração civil espanhola, apoderaram-se dos Sete Povos e, em novembro de 1801, de São Borja. Então, o Rio Grande do Sul assumiu praticamente sua conformação atual. O capitão João de Deus Mena Barreto [1769-1849] foi nomeado governador civil das Missões.

A administração portuguesa aprofundou os desmandos do governo civil espanhol. Como prêmio, oficiais luso-brasileiros receberam sesmarias nos campos conquistados. Após prestar serviços por cinco anos nas Missões, os militares tinham direito de requerer sesmarias. Iniciava-se, assim, a povoação luso-brasileira daquelas regiões, em detrimento das antigas fazendas coletivas missioneiras, que, em poucas décadas, desapareceriam completamente. Entretanto, até no mínimo 1828, a ocupação dessas regiões pelos criadores luso-brasileiros teria sido lenta.

Em 1810, a crise colonial no Prata, com a Revolução de Maio, em Buenos Aires, ensejou movimento independista no Paraguai, de onde o governador espanhol Velasco pediu socorro à Coroa lusitana, que propunham colocar o vice-reinado sob a guarda de Carlota Joaquina, irmão do rei espanhol Fernando 7º, prisioneiro de Napoleão. Em maio de 1811, o tenente José de Abreu Mena Barreto [1770-1827] foi enviado a Assunção pelo capitão-geral do Rio Grande, para acertar secretamente o apoio militar à repressão dos patriotas paraguaios. Fortes tropas luso-brasileiras foram colocadas à disposição de Velasco em São Borja.

A intervenção contra-revolucionária no Paraguai não prosperou. As tropas luso-brasileira partira do Rio Grande do Sul em direção da Banda Oriental, igualmente a pedido do vice-rei Francisco Élio, encurralado em Montevideu pelas tropas patrióticas orientais de José Artigas (1764-1850) e de Buenos Aires. Em 21 de julho de 1911, um *Exército de Pacificação*

da *Banda Oriental* luso-brasileiro, com quatro mil soldados, cavalaria e artilharia, ingressou na região e ocupou Melo, a fortaleza de Santa Teresa, Rocha e Maldonado, enquanto a armada espanhola, sediada em Montevideu, bloqueava o porto de Buenos Aires.

A oligarquia comercial portenha, na direção da Junta Revolucionária, negociou a devolução da Banda Oriental ao vice-rei espanhol Francisco Élio, em troca do fim do bloqueio do porto de Buenos Aires. A traição da autonomia oriental levou ao abandono das tropas luso-brasileiras da Banda Oriental e ao início da ruptura de José de Artigas e dos patriotas orientais com a direção unitarista portenha. A intervenção militar luso-brasileira de 1811 propiciou o início de forte expansão dos criadores rio-grandenses em direção a territórios orientais.

Em 10 de julho, antes de penetrar profundamente na Banda Oriental, o comandante das tropas luso-brasileiras fundou a povoação de Bagé. A apelação da aglomeração deveria-se ao nome de cacique charua [Ibage/Ipaga] que se estabeleceu, com sua gente, nas margens do arroio, nas fraldas de um cerro próximo. Outros redutos militares levantados na fronteira originariam novas povoações – Alegrete, Quaraí etc. – que articulavam constelações de estâncias pastoris.

Em 1816, chamada novamente pelos grandes proprietários de Montevideu e de Buenos Aires, poderosa tropa luso-brasileira retornaria à Banda Oriental para pôr fim, após duríssima resistência patriótica oriental de quatro anos, à revolução independista capitaneada por José Artigas na Banda Oriental e no Prata. Na época, o caudilho oriental avançava a unidade federalista das províncias do Plata, contra o projeto exclusivista de Buenos Aires, e amplo programa de democratização da propriedade da terra, em implantação desde 1814.

À cabeça da Banda Oriental e da Liga Federal, reunindo a Banda Oriental, Córdoba, Corrientes, Entre Ríos, Santa Fé, Misiones, Artigas reconhecera a propriedade da terra aos pequenos e médios donatários, *detentores e ocupantes* e distribuíra estâncias entre os gaúchos, changadores, negros, charruas, etc. que combatiam nas tropas orientais – os donatários artiguistas. No final do século 18, inícios do século 19, o caudilho secundara Félix de Azara na implementação da distribuição de pequenas estâncias pastoris – de uns dois mil hectares, em geral – para a população pobre da campanha

Esse projeto – *“arreglo de los campos”* – pretendia pôr limites à expansão das fazendas escravistas luso-rio-grandenses ao norte do Rio Negro. Ele fracassara devido à oposição dos grandes proprietários de Buenos Aires, de Montevideu e, sobretudo, à ofensiva militar luso-rio-grandense de 1801. Em 1816-1828, a ocupação militar luso-brasileira da Banda Oriental ensejaria a proliferação de fazendas pastoris escravis-

tas de sulinos, com destaque para as regiões da Banda Norte.

Apoiada pelos grandes proprietários de Montevideu e Buenos Aires, a ação luso-brasileira constituiu intervenção contra-revolucionária que abortou o mais elevado projeto democrático quando da independência do vice-reinado do Prata. Sua vitória ensejou a expansão da produção pastoril-escravista e pôs fim à enorme pressão social que aquele movimento já motivava no Rio Grande do Sul, sobretudo através da fuga de cativos para irem se arrolar nas tropas artiguistas.

Caminho Novo da Vacaria

A ocupação das Missões – quarenta km² – permitiu, nos anos 1816, que se estabelecesse o chamado “Caminho Novo da Vacaria” ou “Estrada das Missões”, que ligava os campos de Vacaria, no nordeste do Rio Grande do Sul, a Santo Ângelo, importante local de criação muar, nas Missões. Esse caminho nativo, conhecido e percorrido habitualmente pelos tropeiros e ervateiros missioneiros no século 18, escoaria igualmente as tropas muares contrabandeadas da atual Argentina. Mais tarde, diversas povoações surgiram ao longo do Caminho Novo da Vacaria – Cruz Alta (1821), Passo Fundo (1827), Carazinho, Lagoa Vermelha etc. A nova rota determinou a decadência relativa do caminho de Viamão e do nordeste sulino.

Desde 1816, o *cabildo* dos povos missioneiros e administradores luso-brasileiros dos Sete Povos vendiam, a preços mínimos, ou concediam, gratuitamente, terras missioneiras e não-missioneiros, ensejando que militares, tropeiros e criadores, chegados sobretudo de São Paulo, Curitiba, Lages e Laguna, organizassem fazendas criatórias nas antigas estâncias missioneiras. Segundo o comerciante francês Nicolau Dreys, que teria vivido no Rio Grande do Sul em 1817-28, e publicou, em 1839, sua *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*, a população missioneira caíra de vinte mil habitantes, em 1801, para oito mil, em 1814. O despovoamento maciço dessa região por minuanos e sobretudo guaranis daria-se no fim da guerra de independência da Banda Oriental.

Em 1828, após ocupar e saquear as Missões, Fructuoso Rivera convenceria a população missioneira a acompanhá-lo com talvez quatrocentas mil cabeças de gado retirados da região, para estabelecerem-se no noroeste do atual Uruguai, onde muito logo seriam reprimidos, escravizados plena e parcialmente e massacrados. Em seu “Relatório ao Conselho Geral” de dezembro de 1830, o presidente da província sulina, o pernambucano Caetano Lopes Gama, visconde

de Maranguape [1795-1864], escrevia: “Os Sete Povos [...] estão quase extintos. Santo Ângelo, São João, São Luiz e São Nicolau não têm um só índio. São Borja, São Lourenço e São Miguel, apenas 38.”

Expropriadas de suas estâncias coletivas, boa parte da população missioneira emergiria no Plata como gaúchos, empregando-se ocasionalmente como trabalhadores pastoris, ou seja peões, nas fazendas do Rio Grande, Uruguai, Entre Rios, Corrientes, etc. O vocábulo *peão/peón* provém do latim vulgar *pedone*, ou seja, pedestre. Na península Ibérica, designava-se como *peão/peón* o homem que andava ou combatia a pé. A palavra era igualmente usada para referir o trabalhador braçal não especializado. No sul do Brasil e no Prata, o termo *peón/peão* [pião, no Rio Grande] passou a designar sobretudo o trabalhador pastoril contratado para trabalhar montado no trato dos animais. Não raro, o termo “peão” é tido como sinônimo de “gaúcho”, o que pode induzir a engano. O gaúcho nem sempre trabalhava como peão e o peão não era, necessariamente, um gaúcho.

Nos pampas da Argentina, do Uruguai e, secundariamente, no Rio Grande do Sul, a apropriação oficial ou de fato das terras e dos gados selvagens pelas classes dominantes, ensejou a formação de população dispersa, comumente sem raízes fixas, formada por europeus pobres, por mestiços, por guaranis, minuanos e charruas aculturados e semi-aculturados, sem acesso de fato à terra. Dominando a montaria e o manejo do gado, essa população masculina livre era denominada no Prata de *gauchos* e, no Rio Grande, de “gaúchos”. Não há feminino para o nome, sendo a mulher do gaúcho conhecido por china, como veremos. Era comum que o gaúcho se empregasse ocasionalmente nas fazendas pastoris como peão.

Não se conhece com certeza a origem etimológica da palavra “gaúcho-*gaucho*”. Acredita-se que provenha de vocábulo americano. *Huachu* ou *huakcho*, em quíchua, importante idioma andino, significa “órfão”, “vagabundo”, “sem raízes”. Na língua araucana, falada no sul do Chile e da Argentina pelos mapuches, *huaso* descreve o habitante do campo e *gatchu*, “amigo” ou “parceiro”. “Guasca”, ou seja, tira de couro, palavra utilizada no Rio Grande como sinônimo de gaúcho, origina-se do quíchua – *uaskha*. O domínio das comunidades nativas pelas classes dominantes regionais era também justificado pela pretensa excelência racial dos luso-brasileiros. Os guaranis missioneiros, os charruas, os minuanos, os caingangues aculturados eram tidos como etnicamente inferiores. A expropriação de suas terras comunitárias era compreendida como decorrência inevitável de uma superioridade racial, religiosa e de civilização. A china, o guasca, o bugre, o gaúcho eram profundamente desprezados pelas chamadas “elites” sul-rio-grandenses.

Trabalhadores Solteiros

O mercado de trabalho na produção pastoril era escasso. As grandes propriedades pastoris exigiam limitada mão-de-obra. Um capataz e uns dez peões eram suficiente para levar adiante uma fazenda pastoril extensiva de treze mil hectares, com cinco mil cabeças de gado. A apropriação latifundiária e a destinação das terras nativas à produção pastoril extensiva determinaram o baixo desenvolvimento demográfico, superado, mais tarde, no setentrião do Rio Grande do Sul, pelo advento da imigração e da exploração agrícola colonial-camponesa.

Temendo que os trabalhadores criassem raízes e reivindicassem a posse de terra, os latifundiários permitiam apenas que os cativos, capatazes e posteiros – responsáveis pelo controle das divisas da fazenda – se casassem e levantassem um casebre nas terras da propriedade. As fazendas não eram igualmente capazes de utilizarem as esposas e filhos de seus trabalhadores que deveriam ser alimentados. Em geral trabalhadores solteiros, os peões dormiam nos galpões, sobre os pelegos e arreios, aproximando-se e afastando-se do fogo segundo a estação. Trabalhavam pela comida, moradia e algum salário monetário, no contexto de relações de produção claramente pré-capitalistas. Era habitual que, quando se aborreciam, pedissem as contas para perderem-se nos campos indivisos ou refluir para a nesga de terra que ocupavam em geral com a família.

O crescimento da população cativa nas estâncias seria fenômeno valorizado mas não incentivado pelos estancieiros, ao menos durante o período de tráfico transatlântico livre de trabalhadores escravizados. Efetivamente, os criadores privilegiavam a compra de cativos homens, devido ao caráter *masculino* da produção pastoril. Apenas começamos a conhecer essa realidade devido a estudos recentes sobre os territórios sulinos e as estâncias de rio-grandenses do norte do Uruguai, exploradas com cativos, em verdadeira continuação sócio-econômica dos campos da Campanha e da fronteira do Rio Grande do Sul.

Os levantamentos populacionais registram expansão da população escravizada no Rio Grande, mesmo após a abolição do tráfico internacional, em 1850. Os dados pontuais conhecidos sugerem expansão positiva da população cativa nas fazendas pastoris, talvez favorecida pela forma de produção e pela alimentação, e crescimento negativo nas charqueadas e nas aglomerações urbanas, onde a reposição da mão-de-obra escravizada seria garantida pelo tráfico internacional, interprovincial e intermunicipal.

Em inícios do século 19, como assinalado, ainda que a incorporação das terras do Alto-Uruguai, das

Missões e dos Campos Neutrais aos territórios sul-rio-grandenses não tenha sido seguida, em muitos casos, por uma exploração econômica intensiva, o Rio Grande do Sul luso-brasileiro assumia, *grosso modo*, sua atual conformação político-geográfica. Nas décadas seguintes, um movimento expansivo interno, realizado sobretudo nas encostas do Planalto Rio-Grandense, concluiria a definitiva conformação político, social, demográfica e econômica do setentrão rio-grandense, aprofundando suas relações com o resto do país, no contexto da forte autonomia regional que o país conheceria até os anos 1930.

Ocupação colonial-camponesa

Desde inícios dos anos 1730, manadas de gados eram extraídas da vacaria dos Pinhais, no nordeste do Planalto Rio-Grandense, e levadas para Sorocaba, em São Paulo, e, dali, sobretudo para Minas Gerais e Rio de Janeiro. Mais tarde, quando decaiu a mineração andina, tropas muars foram trazidas dos atuais territórios argentinos pelo Caminho Novo da Vacaria, no Planalto, como visto. Quando da Independência, em 1822, apesar de integrado economicamente pela economia tropeira, eram difíceis os contatos do Planalto, sobretudo com as regiões ocidentais da Depressão Central, devido aos sertões da Encosta Inferior e Superior do Planalto, semi-controlados por comunidades nativas.

De julho de 1824 até o início da Guerra Farroupilha, em 1835, chegaram levadas de colonos de língua alemã atraídas pela concessão gratuita de sementes, ferramentas, animais, auxílio monetário inicial e, sobretudo, colônias de 78 hectares. O assentamento de colonos-camponeses na Encosta Inferior do Planalto, em São Leopoldo [1824], São Hamburgo, São Sebastião do Caí [1848], Santa Cruz do Sul [1849], Estrela [1853] etc., destinava-se a fornecer braços para os exércitos dos Braganças; abastecer a capital sulina em gêneros alimentícios; facilitar os contatos entre a Depressão Central e o Planalto; diminuir o desequilíbrio demográfico entre a população livre e a escravizada; valorizar os territórios. Nos primeiros trinta anos de imigração, uns oito mil imigrantes entraram no Rio Grande do Sul. O crescimento dessa população deveu-se sobretudo à forte expansão demográfica endógena, impulsionada pela necessidade dos pais do trabalho familiar para a exploração das colônias.

A existência de um mercado seguro para a produção colonial contribuiu fortemente para o sucesso da colonização colonial-camponesa germânica. Porto Alegre, com doze mil habitantes, em 1830, consumia e reexportava a produção colonial para outros centros distribuidores – Rio Pardo, Rio Grande, etc. Por sua

vez, a produção colonial apoiou significativamente o desenvolvimento da capital sulina, pouco articulada com a produção pastoril e charqueadora da Campanha, escoada através de Pelotas e Rio Grande. A colonização dessas regiões e o estabelecimento de contatos seguros e mais fáceis entre Porto Alegre, o Planalto Médio e os campos de Cima da Serra foram completados, desde 1875, com a chegada de milhares de colonos-camponeses do nordeste da Itália. Devido a lei de Terras, de 1850-54, eles foram obrigados a comprar glebas financiadas, de uns vinte hectares, em média, na Encosta Superior do Planalto – inicialmente, nas atuais Caxias, Bento Gonçalves, Garibaldi. A colônia de Silveira Martins foi instalada com braços italianos nas proximidades de Santa Maria, na Depressão Central. A Lei de Terras punha fim à distribuição gratuita de terras aos imigrantes. Ela fora promovida pelos grandes proprietários escravistas, angustiados com o fim do tráfico transatlântico de trabalhadores escravizados, em 1850. Assim, esperava-se que os novos-chegados fossem obrigados, no mínimo, a trabalhar por alguns anos nos latifúndios, para obter meios para adquirir a sonhada propriedade.

A consolidação e expansão da sociedade colonial-camponesa em importantes regiões do Rio Grande do Sul, geográfica e ecologicamente impróprias à produção pastoril latifundiária, foram impulsionadas pelo Estado imperial, em detrimento da vontade e dos interesses dos grandes criadores sulinos. Por longos anos, as sociedades articuladas a partir desse modo de produção voltado para a produção dos meios de subsistência e mercantilização dos excedentes, viveram sob a hegemonia e domínio dos estancieiros e da produção pastoril-charqueadora escravista. Mais tarde, elas integrariam o bloco político-social que disputaria a direção política e econômica da sociedade regional aos antigos senhores do Rio Grande do Sul.

Concomitantemente à ocupação, a partir de 1824, da Encosta Inferior do Planalto por colonos-camponeses de língua alemã, expandia-se a ocupação territorial das regiões das Missões, do Alto-Uruguai e do Planalto Médio, dificultada nas décadas anteriores pelas escarpas da Serra, ao sul, e pelo caudaloso rio Uruguai e suas abundantes florestas em galeria, ao norte e ao oeste. O planalto sul-rio-grandense fora sempre mais acessível desde as capitânicas do norte, de onde chegaram, no século 17, os bandeirantes predadores de cativos que dizimaram as reduções do Tape. Mais tarde, seguindo os mesmos caminhos, criadores paulistas ocupariam os campos de Curitiba, de Guarapuava, de Lages, de Vacaria, de Passo Fundo, de Cruz Alta.

Apesar de concessões de sesmarias nessas regiões, ao contrário da Campanha e da Depressão Central, a ocupação do Planalto não foi movimento oficial organizado pela administração, dando-se sobretudo

através da posse dos campos e da compra de terras, sucessivamente legalizadas, sobretudo a partir 1850. De 1822, quando da Independência, até 1850, quando da aprovação da Lei de Terras, viveu interregno no qual a apropriação privada de *terras devolutas* deu-se nos fatos através da ocupação e posse, uma indiscutível concessão do centralismo político bragantino às classes proprietárias provinciais, que literalmente se banquetearam com as *terras reúnas*. A Lei de Terras permitiria que os *posseiros* legalisassem as grandes propriedades que haviam ocupado nos anos anteriores e subseqüentes a 1850.

A ocupação do norte

À exclusão do nordeste do Planalto – Lagoa Vermelha e Vacaria –, ligado mais estreitamente com Porto Alegre e a Depressão Central, pelo antigo “caminho de Viamão”, quando da Independência, em 1822, o Planalto Médio estava ainda parcialmente ocupado por comunidades nativas e por descendentes dos mamelucos. Comunidades caingangues (coroados), chegadas do norte em meados do século 18, após a crise dos Sete Povos, estabeleceram-se em regiões florestais do Planalto, de onde atacavam os tropeiros, sobretudo na passagem dos matos Castelhano e Português.

Nos anos 1820, enquanto colonos-camponeses de língua alemã ocupavam a Encosta Inferior do Planalto, os administradores das Missões vendiam e concediam propriedades nos campos de pastagens dos territórios missioneiros e não missioneiros – nas Missões, no Alto-Uruguai e no Planalto Médio – a militares, tropeiros e criadores. Esse movimento, acelerado com a migração missioneira de 1828 em direção ao Uruguai, facilitou a apropriação privada latifundiária não sesmeira dessas regiões, em detrimento das comunidades nativas e caboclas. Como parte desse processo, fazendeiros instalaram-se nos campos de Cruz Alta, ensejando que a freguesia do Divino Espírito Santo de Cruz Alta, criada em 1821, fosse transformada, em 1834, em vila e sede do município homônimo, com sessenta mil quilômetros quadrados – vinte por cento do território sulino na época. Em 1827-8, fundava-se a aglomeração de Passo Fundo, elevada à condição de freguesia em 1847 e, de município, em 1857.

As vilas de Cruz Alta, Palmeira das Missões e Passo Fundo localizaram-se em regiões de campo aberto, próprias à economia pastoril. A expansão das fazendas criatórias nos descampados determinou a dizimação e expulsão das comunidades nativas para o interior das matas da região. Até os anos 1890, a atividade econômica no Planalto Médio, no Alto-Uruguai e nas Missões, articulou-se sobretudo em torno da criação animal, da produção ervateira e da pequena

produção agrícola cabocla de subsistência.

Nos campos de pastagens, dominavam as grandes propriedades, dedicadas à criação e à exportação de mulas. Segundo o historiador Paulo Zarth, em 1851, os animais cavалares e muares representavam mais de sessenta por cento da população das fazendas do Planalto, contra apenas uns 37% de animais vacuns. A importância de cavалares devia-se à necessidade de éguas para a produção de mulas. Em 1854, Cruz Alta exportava para Sorocaba umas oitenta mil mulas anuais, criadas ou invernadas no município. O comércio muar começou a decair em 1860 e, a partir de 1880, com a generalização das ferrovias no Centro-Sul, entrou em agonia. Então, a ocupação vacum das fazendas da região, em torno de cinquenta por cento em 1880, alcançou noventa por cento no início da década seguinte. Com o declínio da era muar e consolidação do transporte ferroviário, as tropas vacuns passaram a ser enviadas em grande quantidade para as charqueadas.

Os trabalhadores pastoris das fazendas do Planalto eram sobretudo descendentes de nativos e de cativos, com clara diferença com a população gaúcha dos territórios meridionais. Era também significativa a população escravizada nas fazendas pastoris da região. Os mais ricos fazendeiros possuíam uns trinta trabalhadores escravizados. Havia, porém, fazendas sem cativos. Os trabalhadores escravizados levantavam cercas de pedra, trabalhavam nas olarias, transportavam lenha, plantavam roças, trabalhavam na produção da erva-mate e nas lides pastoris – cativos campeiros. Os trabalhos domésticos eram monopólio das mulheres. Em 1857, o município de Passo Fundo, com 8.200 habitantes, possuía 1.692 cativos (21%).

Riqueza pública

Os ervais das terras devolutas eram considerados propriedade pública e as Câmaras Municipais regulavam, taxavam e atribuíam sua exploração. Em 1850, as taxas sobre os ervais eram a principal renda municipal de Cruz Alta, então principal pólo econômico e capital política do Planalto. O extrativismo da erva-mate dava-se com a exploração das árvores espalhadas pelas florestas, que, de refúgio das comunidades nativas, passaram a ser ocupadas por uma população cabocla que raramente ascendeu à posse legal das nesgas de terra nas quais plantava suas roças, das quais extraía boa parte dos bens necessários à subsistência. Nesse então, as terras florestais eram desprezadas pelos criadores.

A produção ervateira, empreendida pelos caboclos em favor de *empresários*, no contexto de relações claramente pré-capitalistas, era realizada com instrumentos e métodos rudimentares que não se modificaram até inícios do século 20. Como vimos, os

ervateiros produziam grande parte dos seus meios de subsistência em suas explorações e eram pagos pela produção da erva com mercadorias, que podiam também ser retiradas nos armazéns dos seus empregadores. O beneficiamento da erva-vate era comumente feito por trabalhadores escravizados. A erva-mate era transportada, com grandes dificuldades, em carretas, até os portos fluviais de Rio Pardo, para ser expedida pelo rio Jacuí, ou de Itaqui, pelo rio Uruguai.

Nos anos 1860, sem campos de pastagens para se expandir, os criadores passaram a apropriar-se das regiões florestais, expulsando as comunidades caboclas, obrigadas a procurar terras em regiões mais distantes ou a se empregar como peões nas fazendas da região. O fim do tráfico transatlântico de cativos e a expansão da cafeicultura ensejavam forte alta do preço do cativo no Centro-Sul, para onde eram enviados os trabalhadores escravizados do RS e de todo o Brasil. Nas décadas seguintes, a população cabocla pobre trabalharia também na preparação da infraestrutura que permitiu a ocupação colonial-camponesa de territórios da região [estradas, desmatamento, demarcação de terras etc.], sem porém participar na repartição das terras.

O processo de expansão dos latifúndios foi facilitado pela Lei de Terras, votada em setembro de 1850 e regulamentada em 1854, que proibia a distribuição gratuita de terras e facilitava a legitimação, com ônus baixo para os grandes proprietários, das *posses*, caminhos trilhados pelos potentados da região para legalizar e expandir suas propriedades e se apoderar dos antigos ervais coletivos. Algumas vezes, os comerciantes de erva-mate e as câmaras municipais defen-

deram os ervateiros para não prejudicar seus negócios e não perder os direitos sobre os ervais. Quando necessário, os latifundiários eliminaram fisicamente os ervateiros que se mobilizavam em defesa de suas terras. Apesar de derrotada, a população cabocla lutou pela posse da terra, o que jamais ocorreu de forma tão enfática no meridiano rio-grandense.

O crescimento demográfico das populações colonial-camponesas alemãs, italianas, polonesas, etc. e o esgotamento das terras das Colônias Velhas impulsionaram significativamente o mercado e o valor das terras no norte do Rio Grande. A partir de 1890, com a implantação da estrada-de-ferro São Paulo-Rio Grande, companhias colonizadoras compraram terras florestais aos novos detentores, para serem loteadas e vendidas aos imigrantes. A apropriação por colonos-camponeses das terras florestais do Alto-Uruguai, das Missões e do Planalto Médio completaria a ocupação dos territórios sulinos. Desde então, a solidez da estrutura latifundiária determinou que a expansão da fronteira agrícola impulsionada pelo pequeno proprietário se desse para fora dos territórios sulinos, transformando o Rio Grande de importador em exportador de mão-de-obra e capitais. O primeiro questionamento dessa realidade se daria, quando do governo de Leonel Brizola [1958-61] e conheceria modificação muito parcial com a retomada da luta pela terra nos últimos anos da ditadura militar, em 1979, nessas regiões, por mobilização camponesa que daria origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

